

ces

garanti-  
vai tra-  
ses, an-  
tas, sob  
ótica de  
o  
scismo  
emocra-

964  
RENTE  
FAÇÃO

no

visitas,  
a a al-  
idades  
o re-  
o pre-  
sa in-  
ça de  
mente  
rém, o  
ências  
licana  
espon-  
pro-  
los de  
cujo  
espes-  
e in-  
niehe.  
ada e  
PIDE,  
o era  
jan-  
a no-  
uran-  
rades  
ando  
altos

rtugal  
evolu-  
o que  
nistra  
re os  
s pe-  
s, Oc-  
quim  
timas  
nuam  
nexo,  
gnifi-  
últi-  
todos  
ceber  
rrem

pro-  
m o  
pa-  
novi-  
cola-  
yém  
emo-  
s de  
tida-  
ar-  
em  
aos  
nte.  
res-  
uma  
nea-  
ode-  
ate-  
nan-



# PORTUGAL DEMOCRÁTICO

ANO VIII — N.º 81 — SÃO PAULO, MARÇO DE 1964 — Redação: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191 S/2 — CAIXA POSTAL N.º 4.469

## GUINÉ: COLÔNIA «PERDIDA»

● AO MESMO TEMPO QUE CONVIDA U THANT PARA VISITAR ANGOLA E MOÇAMBIQUE, SALAZAR ESCONDE DO MUNDO A SUA DERROTA NA GUINÉ.



### Guerrilheiros do P.A.I.G.C.

TEMOS RECONHECIDO E CONTINUAREMOS A RECONHECER O DIREITO À INDEPENDÊNCIA DE TODOS OS POVOS COLONIAIS E A OBRIGAÇÃO DAS POTÊNCIAS ADMINISTRANTES DE ACELERAREM OS PREPARATIVOS PARA A AUTODETERMINAÇÃO E A INDEPENDÊNCIA, INCLUSIVE DE ANGOLA E DEMAIS TERRITÓRIOS ULTRAMARINOS DE PORTUGAL.

(Presidente JOÃO GOULART, in Mensagem ao Congresso 1963, pág. 161)



## Lugar aos Novos na Ação e na Direção

FERNANDO PITEIRA SANTOS

Aqueles que esperam a morte do ditador e que desistiram de oferecer ao nosso Povo, outra perspectiva e outra esperança, serão surpreendidos pelas novas forças que do Povo irrompem e que poderão vir a ignorar os "quadros políticos" inativos, demissionários. Aqueles que não pensam em organizar a luta e tudo confiam à espontaneidade da reação popular; aqueles que abandonam a um acaso providencial ou catastrófico, a libertação da Patria portuguesa, deixaram já de ser combatentes. Aqueles que não compreendem a unidade na ação, e os que na prática a contrariam, condenaram-se, de facto, ao próprio isolamento.

A escola política do passado deixou de ter alunos. E não só pela razão imediata de que ao passado não queremos regressar. Mas igualmente porque ninguém entende a artificialidade das formações partidárias, as divisões, os equívocos ideológicos, as pulverizações de esforços, as feudalidades políticas, que exolcam em grande parte a longa duração do regime fascista português. E que explicam em grande parte a longa duração do regime fascista português. E que em grande parte explicam também as curvas de intensidade da luta antifascista, as pausas de atividade, as soluções de continuidade.

O canal imenso da vontade nacional tem-se manifestado sempre, com chefes ou sem chefes, com estruturas que a enquadram ou transbordando todos os leitos com o impeto e a força dos rios em enchente. Caudal popular combativo e unitário. O Povo não conhece os problemas que dividem quando é a própria vida a impor-nos a experiência da unidade. Não conhece as questões pessoais, os conflitos de ambição ou de prestígio, os antagonismos de geração.

No movimento unitário antifascista não existem problemas de geração. Existem problemas de direção, de organização da luta, de decisão, de eficiência. Mas sejam realistas, só tomam as decisões audaciosas os que são capazes de realizar as ações audaciosas ou os que estão ardorosamente de acordo com as ações audaciosas. Só são capazes de atos revolucionários, os que se não importam que lhes chamem revolucionários.

Do poder fascista não se pode esperar o diálogo e a paz. Ele tem-se caracterizado, na nossa terra, pela evasiva e pela violência, pela manobra manhosa e pelo esmagamento frontal, pela perseguição odienta, pelo mais brutal terror. Se é certo que nenhuma forma de luta deve ser descurada, se é certo que todas as lutas populares, operárias e camponesas, são objetivamente atos políticos de protesto contra o poder fascista, ou já ações ofensivas contra o poder fascista; também é verdade que se impõe uma radicalização da luta, a sua intensificação audaciosa, a organização de formas superiores de ação.

Para os novos combates venham os homens novos. Demos lugar às novas forças que surgem, e nas nossas próprias fileiras, com sinceridade e sem paternalismos, proporcionemos aos novos quadros a promoção audaz, urgente e necessária.

O Povo não pode sentir-se atraído pelo comando dos eternos derrotados. O Povo precisa de sentir, de realmente ver, que gente nova fala uma nova linguagem, ou que a verdade de sempre — a verdade do movimento unitário na ação e para a ação — lhe é garantida com nova força por quadros de direção novos, audaciosos, aptos.

Repelimos os antagonismos de geração. Todos têm nas nossas fileiras o seu lugar, todos têm direito ao nosso respeito, e todos sa-

bemos que a experiência deve ser escutada. Mas sejamos francos, sejamos realistas; a experiência das derrotas sucessivas, explica-se pela persistência em erros conhecidos. É nosso dever remontar às causas, analisar as concepções e as inibições que estão na raiz das nossas derrotas ou que sempre frustraram os êxitos momentâneos. É nosso dever submeter a uma crítica séria os erros de orientação geral e de decisão concreta que têm permitido ao governo fascista vencer crises agudas e profundas. É nosso dever afastar do caminho espectros e fantasmas.

Porque nós não regressaremos ao passado. O rumo do futuro que escolhemos é um itinerário de revolução. E qualquer revolução deverá ter um conteúdo de juventude e de audácia.

Renovemo-nos. Demos aos novos o lugar que lhes cabe, se verdadeiramente queremos enterrar o fascismo. Renovemo-nos e demos aos novos responsabilidades que correspondam à sua presença no combate. Essa é a condição — ou pelo menos uma das condições necessárias — para fazer do velho Portugal, um Portugal novo.

## Ofensiva Salazarista

MIGUEL URBANO RODRIGUES

A ofensiva salazarista no Brasil atinge neste momento uma intensidade nunca antes verificada. Estamos assistindo à execução metódica de um plano em que as menores iniciativas foram previstas com larga antecedência. Tudo se faz, evidentemente, a poder de um impressionante derrame de dinheiro, mas a verdade é que os resultados vêm correspondendo às previsões mais otimistas do fascismo português. Salazar tem motivos para estar satisfeito com o dinamismo e a agressividade do seu "lobby" brasileiro. A exaltação do colonialismo tornou-se por assim dizer tema obrigatório da ordem do dia no Senado, na Camara Federal, nas principais Assembleias Legislativas e em muitas Camaras Municipais. Parlamentares, políticos e jornalistas venais, todos os arremedos de "camelots du rol" que por aí proliferam entoam um coro ruidoso e permanente de elogios ao fascismo português. As idas e vindas dessa gente entre o Brasil e as colônias assumiram tal frequência que já se fala chistosamente na nova ponte aérea São Paulo de Piratininga-São Paulo de Luanda. A extrema direita brasileira, numericamente insignificante mas disposta de poderosos instrumentos de ação, perdeu o decoro hipocrita que a tolia e faz suas as dores do colonialismo moribundo.

Todos sabemos qual é a posição do povo brasileiro em face do fascismo português e muito especialmente da luta heroica que os povos da Guiné e de Angola travam pela sua independência. Mas sabemos também que para Salazar são os fatos e não os sentimentos que contam. Ora, a verdade é que grande parte da imprensa brasileira, hoje ao serviço da extrema direita deixou de refletir essa vincada posição anti-fascista e anticolonialista do País. Nos últimos meses, pôde assim a propaganda salazarista fazer o que até então lhe estivera vedado: oferecer ao publico português, através da Rádio, da Televisão e da Imprensa uma torrente de comentários e depoimentos favoráveis à política colonial de Lisboa, citando como fontes alguns dos mais tradicionais órgãos de informação do Brasil. E, como em política o que parece é, Salazar dá por bem empregado o dinheiro gasto, nessa campanha, que visa sobre tudo a persuadir os portugueses de que a opinião pública brasileira apoia a guerra colonial.

Ignorar a questão equivale a ceder o terreno ao adversário sem luta. Em face da ofensiva salazarista no Brasil, os democratas portugueses aqui residentes só têm um caminho a seguir: responder à campanha corruptora e mistificadora com uma campanha de restabelecimento da verdade, mobilizando para a denúncia das manobras fascistas a força imensa da opinião pública. A insolência e a agressividade de que a Embaixada Salazarista e toda a sua menagerie vêm dando mostras de parceria com os seus porta-vozes brasileiros, são, em grande parte, consequência da indiferença, para não dizermos do silêncio, com que o arangel da exal-

Embora o recurso da violência revolucionária tenha tradições que remontam aos alvares da História só modernamente adquiriu uma base filosófica e uma metodologia científica.

Foi, pode dizer-se, com o surgimento do socialismo e da teoria da luta de classes, formulados por Marx e Engels, que se deu uma explicação científica da origem, motivação e natureza da violência nos conflitos sociais, elaborando-se toda uma estratégia e uma tática baseadas no princípio da inevitabilidade do emprêgo da força entre as classes, particularmente entre a classe burguesa e o proletariado. "Ao descrever as fases mais gerais do desenvolvimento do proletariado, temos seguido o curso da guerra civil mais ou menos oculta que se desenvolve no seio da sociedade existente, até ao momento em que se transforma numa guerra aberta..." (1)

Tanto no "Manifesto Comunista" como no "O Capital" e em numerosos trabalhos posteriores demons-

trou-se de uma forma prática e vivente o processo dialético da luta de classes — os métodos de opressão das classes dominantes e as explosões de revolta e as lutas mais diversas das classes oprimidas. Anos decorridos, grandes comissões sociais, algumas que transformaram a face da terra, como a Revolução Russa de 1917, comprovaram que somente através de cruentas lutas revolucionárias ou da força armada as classes dominantes abandonam o poder ou cedem nos seus privilégios seculares. Por ser assim, pela voz e ditame da própria História, e não apenas porque o tenham dito Marx e Lenine, é que, tanto no passado (Armas contra as armas! — era uma divisa da III Internacional) como no presente se considerou e considera o emprêgo da violência revolucionária como recurso natural e legítimo na luta de classes, particularmente numa época em que as classes dominantes utilizam a violência, a repressão e a força armada como instrumento habitual de intimidação e predomínio. Embora Marx, por exemplo, tenha admitido que em alguns países capitalistas desenvolvidos económica ou institucionalmente — "os operários podem conseguir os seus objetivos por meios pacíficos" (2); embora nas novas condições determinadas pelo triunfo do socialismo e da sua transformação em sistema mundial predominante, se possa afirmar novamente, com muito mais razão ainda, que é já absolutamente possível chegar ao socialismo pela via pacífica, nem numa e nem outra oportunidade, se negou jamais a lei motriz do desenvolvimento histórico naquela parte do mundo sempre assente sobre bases de classe: — a luta implacável entre estas, entre as classes, algumas vezes tomando formas pacíficas, lutas parlamentares, eleições, greves, outras chegando ao choque armado, à auto-defesa armada, à guerra de guerrilhas, à organização de verdadeiros exércitos revolucionários lutando durante anos dentro de fronteiras contra os poderes constituídos ou seus aliados de fora.

Por vezes, na época do imperialismo, a luta de classes confundese e processa-se na luta comum pela auto-determinação deixando de ser apenas um mero choque frontal entre duas classes antagonicas mas uma luta global do Povo pelo desenvolvimento e pela supervivência nacional. Em alguns casos as lutas visam apenas melhorar a situação dos trabalhadores. Em outros, porém, os povos se lançam à conquista do poder e à instauração de novos regimes sociais, empunhando as armas, fazendo estremecer o arcabouço da sociedade oficial. Precisamente nesta época de transformações tão radicais e de resistências ainda mais prementes, resistências agónicas capazes de todos os desvarios e excessos, seria ingénuo acreditar que o recurso da força foi abolido para sempre.

As relações de classe, são sempre relações de força. O que sucede é que essa força adquire, segundo os casos, formas diversas — coercitiva, violenta ou armada. Quando os marxistas afirmam hoje, com muito mais razão e fundamento que Marx no século passado, que em numerosos países pode-se passar ao socialismo diretamente pela via pacífica estão exprimindo fidedignamente uma lei natural, uma via natural prevista e imposta pelas novas condições da sociedade.

É evidente que em vários países economicamente desenvolvidos e outros com instituições e legislação avançadas, onde a classe operária conquistou fortes posições e influência na vida nacional e intelectual, é crível e viável a conquista do poder político e do socialismo sem recorrer o penoso caminho da revolução violenta e da luta armada.

Esta plataforma estratégica e doutrínaria obedece a leis históricas vigentes e comprovadas, mas não é axiomatica, nem geral, nem obrigatória. Por outro parte, todos aqueles que a defendem (3) expressam claramente que o caminho pacífico não pode ser aplicado em todos os países, que a violência armada pode ser aplicada ainda nos casos em

# Verso e reverso da luta armada

J. LOPES MENDES

que é possível a via pacífica, e que esta, inclusive, não exclui o emprêgo da força pois nem toda a violência revolucionária é necessariamente luta armada.

Tudo isto parece claro. Que tem que ver, no entanto, com a Revolução Portuguesa?

Tem que ver com a revolução portuguesa naquela medida em que estas idéias e outros fatos que a seguir mencionamos, gravitaram e gravitam num setor considerável da oposição portuguesa tanto no campo marxista como no que não é marxista.

Não resta dúvida que a derrota da Alemanha hitleriana, a lembrança das atrocidades e crimes do nazi-fascismo, as penúrias e sofrimentos padecidos pelos povos durante a II Guerra Mundial, o aparecimento das Nações Unidas, as Conferências de Yalta, Postdam e Teheran, influíram grandemente no espírito da postguerra e na criação, nos Estados e na consciência do homem comum, da idéia de que era necessário viver e conviver em Paz tanto na esfera internacional como dentro de fronteiras.

A formação de um organismo multi-nacional atuante, de que participavam os países mais poderosos que tinham vencido a besta parda, a proclamação solene da inviolabilidade dos direitos humanos subscritos por uma grande maioria de países, surgia como uma esperança para os povos sofredores e uma advertência para os Estados antipopulares e fascistas, mórmente daqueles que, como Portugal, dependiam dos favores e do apóio de alguns dos grandes signatários e fundadores da ONU.

Nem Portugal como Estado nem os portugueses como povo puderam escapar a essa influência e a esse sentir universais que, por outro lado, correspondiam aos sentimentos mais profundos das massas e se enquadravam numa sólida perspectiva histórica que avançava no tempo.

Numerosos países da Europa e da Ásia viram-se emancipados de velhos sistemas feudais e o continente africano despertava sacudido por uma rubra febre de liberdade.

Estas condições geraram a "descongelamento" do regime fascista português, as concessões pseudo democráticas graciosamente cedidas por Salazar com o fito de assegurar a entrada nas N.U. ou conquistadas pela ação das massas. No Interior, as paródias eleitorais, certas emendas na Constituição de 33; no Ultramar, a derrogação do Ato Colonial e a transformação por decreto das colônias em "províncias ultramarinas".

Milhares e milhares de portugueses, pela primeira vez, tiveram a sensação da liberdade, embora ministrada com conta-gotas; e pela primeira vez saíram à rua em colunas cerradas com os punhos em alto, gritando: Viva a Liberdade! Abaixo o fascismo!

Entretanto as teses do XX Congresso do PC da União Soviética, anunciadas por Krushev — denuncia do culto da personalidade, a defesa da coexistência pacífica, a via pacífica para o socialismo — davam voltas ao mundo, como artefato pirotécnico, e provocavam celeuma, comoção e expectativa tanto nos meios comunistas como no próprio mundo capitalista.

A confusão que em Portugal e fora de Portugal se produziu em torno da questão da utilização e não utilização da violência revolucionária, arranca, pois, não só das fontes naturais nativas e das suas peculiaridades intrínsecas como do poderoso influxo das grandiosas transformações operadas no mundo nas últimas décadas e do seu refluxo nas idéias no campo da filosofia e da política, da ciência e da técnica.

No que concerne a Portugal, certo afrouxamento temporal da tensão internacional e as concessões voluntárias ou forçadas que o Estado Fascista outorgou ao Povo, fizeram crer muitos em duas coisas: que as condições objetivas externas e internas (com preponderância das externas) condenavam o regime a uma desagregação irreversível.

(Continua na pág. 7)

### OUÇA A RÁDIO PORTUGAL LIVRE

Diariamente das 20 às 20,30 e das 22,15 às 22,45 (hora de Portugal) na banda de 32 metros e das 0,30 às 0,50 nas bandas de 36, 40 e 43 metros

Uma Emissora ao Serviço do Povo Português



# Notas e comentários

## Duas lições

Ainda o governo francês não reconheceu a R.P. da China, já circulavam boatos do próximo reconhecimento do mesmo estado por parte do governo de Salazar.

Estes boatos foram alimentados por uma recente declaração do ministro Franco Nogueira e, a revelarem-se fundamentados, demonstrarão mais do que qualquer outra coisa, a completa subordinação da política portuguesa em Macau aos interesses do governo da R. P. Chinesa. Essa subordinação traduz-se, por exemplo, na comemoração oficiosa que todos os anos tem lugar naquele território do aniversário da vitória que pôs fim à guerra civil chinesa.

O interesse da R. P. da China consiste em, aproveitando e mantendo a nominal soberania portuguesa em Macau, usar esse pequeno território como principal escudo das mercadorias destinadas aos países que oficialmente se recusam a ter relações comerciais com o governo de Pequim.

Por seu lado, o governo de Salazar presta-se a desempenhar esse papel e a renunciar à efetividade da sua soberania sobre aquela colônia para, simultaneamente, alimentar o mito do seu império colonial (ou comunidade multi-racial portuguesa, segundo o eufemismo hoje em voga...) e com participar nos réditos das exportações chinoportuguesas. Por esta razão sempre o governo português se absteve na Assembleia Geral das N. U. (em contradição com o seu espírito de cruzada anti-comunista), nas votações realizadas sobre o ingresso da R. P. Chinesa na ONU.

O que nos mostrará o reconhecimento da R.P. da China por parte do governo de Salazar?

Este governo, ao saber tirar as últimas consequências de uma política incontestavelmente realista em face, ao mesmo tempo, de uma parcela do seu império colonial e de uma grande potência internacional, mostra-nos, mais uma vez que estão completamente enganados os democratas portugueses que menosprezam a capacidade de manobra política das forças fascistas portuguesas e do seu governo, exagerando as suas dificuldades internacionais e esperando do exclusivo aguçamento dessas dificuldades e desagregação, que julgam iminente e mecânica, do próprio governo fascista.

Ao contrário, a verdade é que apenas as classes trabalhadoras, os intelectuais e os setores progressivos da burguesia patriótica poderão, pela sua força organizada e pela justiça e audácia da sua atuação política, tomar a ofensiva nas mãos e derrotar a engrenagem salazarista. E, para isso, funcionará como um perigoso ópio toda a convicção idealista e primária no completo esgotamento do fascismo português.

Ao reconhecer a R. P. Chinesa, o governo de Salazar mostrar-nos-á ainda, porém, outra coisa importante. É que a idéia que muitos democratas portugueses fazem do jogo desenvolvido na política internacional pelas grandes potências, sejam elas quais forem, ao exigirem a essas potências atitudes de simpatia ou antipatia incondicionais para com os outros governos do mundo e nomeadamente para com o português, é igualmente idealista e primária e desconhece os postulados e o sentido profundo da co-existência pacífica que todas as grandes potências (inclusive a R. P. da China!) praticam hoje. Mais uma vez, só o povo português, sem ter que se intimidar com nenhuma potência mundial mas sem dever contar com a ajuda decisiva de nenhuma outra potência, poderá vir a derrubar o fascismo salazarista e a abrir a via democrática para o nosso país.

E estejamos certos de que ele o fará.

M. S.

## Portugal em leilão

Os mitos do salazarismo vão caindo, um por um. O último, aquele que ainda conseguia enganar muita gente, é o do equilíbrio

da situação económica do país. Agora, porém, são os próprios documentos oficiais que vêm confessar a situação de descalabro em que, no plano financeiro, se encontra Portugal, e o fracasso dos remédios propostos nos últimos anos pelo salazarismo para remediar esta situação. Com efeito, no Relatório sobre a Lei de Meios para 1964, o Ministro das Finanças, Pinto Barbosa, é forçado a reconhecer que o tão falado Plano de Fomento, agora na segunda fase da sua aplicação, falhou precisamente naquele aspecto em que o governo depositava mais esperanças: o dos investimentos privados. É o próprio Ministro quem afirma que "os capitais privados não ocorreram na medida em que se previu ao financiamento dos empreendimentos englobados no II Plano de Fomento". Desta forma vem a caber afinal ao Estado e sobretudo aos Institutos de Previdência, cujos cofres estão cheios com o dinheiro roubado ao povo, o financiamento em 84% do tão celebrado Plano de Fomento que havia de salvar o país... Até o Fundo de Desemprego que, como se sabe, é cobrado mesmo nos salários dos trabalhadores mais desfavorecidos, contribui com 300 milhões de cruzeiros para essa salvação...

Mas outro aspecto, ainda mais grave, é aquele que a Lei de Meios nos revela quanto ao déficit da balança comercial. O nosso país terá em 1964 uma diferença, para seu prejuízo, entre a importação e a exportação, da ordem de 350 bilhões de cruzeiros! Uma parte deste déficit era coberta nos anos anteriores pela entrada de dinheiros dos emigrantes, principalmente dos portugueses que se acham no Brasil e em França, e pelo rendimento da exploração colonial. Mas as duas fontes secaram: o dinheiro dos emigrantes chega em quantidades muito menores, porque com o câmbio mantido pelo salazarismo num plano artificialmente alto, graças ao sacrifício do povo português, poucos emigrantes podem mandar dinheiro para Portugal. O rendimento das colônias, esse, cessou completamente, porque as despesas da guerra, em Angola e na Guiné, são maiores do que as rendas da extorsão colonial. Assim, a política colonial, além de ser um crime, é uma ruína para nós, até no plano financeiro.

A propalada segurança económica de Portugal recebe, porém, um desmentido ainda mais formal com a aprovação dos novos impostos que vêm tornar ainda mais crítica a já tão difícil situação do nosso país. Em 2 anos, entre 1960 e 1962, os chamados impostos indiretos que, como se sabe, são pagos na sua maior parte pelo povo pois incidem sobre produtos de consumo corrente, aumentaram 32 por cento, ou seja de 281 bilhões 900 milhões de cruzeiros para 374 bilhões de cruzeiros! Mas o mais revoltante é que esse aumento veio sobretudo atingir as classes sociais mais pobres, pois verifica-se que o imposto direto (sobre propriedades, bens de raiz etc.) aumentou apenas 15 por cento e que pela primeira vez os impostos indiretos (que, repetimos, são aplicados sobre bens de consumo primário, como produtos alimentícios, matérias primas, medicamentos, artigos escolares etc.) atingem mais de metade do total.

Até quando, com esta situação de derrocada interna, será possível aguentar o Escudo nesse nível de cotação alta em que se acha, e que é a base da propaganda externa de Salazar? Os mais desapassionados observadores internacionais creem que esta disparidade, entre miséria do povo e moeda forte, só poderá manter-se graças à concessão de empréstimos externos. Acontece, entretanto, que o capitalismo internacional, como todo o capitalismo, não está interessado em manter agências de beneficência, para salvar o salazarismo. Esses empréstimos são concedidos mediante sólidas garantias. E desta maneira o país acha-se à venda para manter a quadrilha salazarista no poder. Sucede-se em Portugal as missões económicas estrangeiras, que se lançam avidamente sobre as nossas riquezas. São principalmente os capitalistas da Alemanha Ocidental, dos Estados Unidos e do Japão, que monopolizam as negociações para apropriação dos nossos bens.

Portugal está verdadeiramente em leilão. Depois da independência política, Salazar está vendendo a independência económica aos trustes, acrescentando assim à sua obra mais um sinistro aspecto: o da traição ao país.

V. R.

## O bispo do Porto ataca Salazar

ROMA (Do correspondente) — O bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, ao usar da palavra durante uma das sessões do Concílio Ecuménico acusou o governo português de interferir nos assuntos internos da Igreja em Portugal, particularmente no que se refere à criação de bispados. D. António Ferreira Gomes, cuja intervenção nos debates foi muito comentada, manifestou a opinião de que a Igreja Católica dispõe de mais liberdade em qualquer país protestante do que no Portugal de Salazar.

## Democratas portugueses comprimentam Arrais

Por ocasião das comemorações do primeiro aniversário do governo popular de Pernambuco, um grupo de democratas portugueses do Recife, encabeçado pelo prof. Ruy Luís Gomes visitou o governador Miguel Arrais para cumprimentá-lo e agradecer, na pessoa do governador, as provas de solidariedade que o povo de Pernambuco tem dado à causa do povo português.

Participaram desta visita, com a qual se identificam todos os democratas portugueses do Brasil, os professores José Morgado e António Brotas, os nossos representantes no Recife Manuel Luís Fernandes e Angelo Ferreira da Silva e os srs. Joaquim Martins Ferreira e Humberto Teixeira.

## Impopularidade da guerra colonial

"Etudiants du Monde", órgão da União Internacional dos Estudantes, publicou num dos seus últimos números uma entrevista com Moutinho de Pádua, autor de "Guerra em Angola". Transcrevemos abaixo alguns trechos das declarações daquele democrata:

"Salvo para a maioria dos militares de carreira, oficiais e suboficiais, a guerra de Angola não goza de popularidade entre os soldados. Embora alguns deles não sejam conscientemente contra ela, não compreendem em absoluto a razão pela qual têm de arriscar-se a morrer, porque são enviados para tão longe do seu país natal, ou o que vão fazer nessas longínquas paragens. Esse sentimento exprime-se de diversos modos: por exemplo, cinco dias antes de embarcar, vi alguns soldados num eléctrico em Lisboa. Quando o cobrador lhes pediu o dinheiro dos bilhetes, recusaram dizendo: "Então mandam-nos morrer em Angola e ainda querem que paguemos este miserável trajeto?"

No barco não havia disciplina. Os soldados manifestavam um total desprezo para com os oficiais. Por exemplo, no primeiro dia, estavam instalados no fundo do porão, mas começaram a fazer muito calor e então espalharam-se por todo o navio e ocuparam à força as cabines de primeira classe".

### O ELOGIO DO CRIME

"Logo que chegamos à capital de Angola participamos numa parada de boas vindas. Constituíamos a primeira grande unidade (cerca de 3.000 homens), desembarcamos em Angola, onde havíamos sido precedidos apenas por paraquedistas. Eu conhecia Luanda e outras regiões de Angola, porque vivi lá cerca de seis anos com meus pais. Enquanto desfiliávamos nas ruas, não se via um único africano; não se viam, porque nessa época, matar os africanos em pleno dia era uma coisa não só permitida mas até encorajada.

Após a parada, os soldados foram rodeados pelos Europeus. Para encorajar o nosso espírito mar-

# O P.A.I.G.C. vai passar à acção armada em C. Verde



Dr. Fidelis Cabral

Prosseguindo no cumprimento da missão diplomática que o trouxe à América do Sul, o dr. Fidelis Cabral, representante do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, visitou São Paulo durante o mês de fevereiro. O relato dado pela imprensa às suas declarações, a acolhida que lhe foi prestada em todas as agremiações políticas, sindicais e estudantis e sobretudo a comparação maciça ao ato público em apoio da luta libertadora da Guiné, realizado na Biblioteca Municipal, no dia 4 de Fevereiro, vieram demonstrar uma vez mais a profundidade dos sentimentos anticolonialistas do povo brasileiro.

Fidelis Cabral, que expôs a situação hoje existente no seu país durante uma conferência de imprensa efetuada na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, (pela qual se formou em ciências jurídicas) concedeu na ocasião uma entrevista exclusiva ao nosso jornal, respondendo ao questionário que lhe submetemos.

### A COOPERAÇÃO COM O PAIGC

P — A II Conferência da FPLN, realizada em janeiro, algures na Europa defendeu nas suas resoluções "a necessidade de mais estreitos contatos e cooperação entre a

FPLN e os movimentos nacionalistas das colônias portuguesas". Que formas pode em seu entender vir a assumir essa cooperação?

R — No que respeita ao estreitamento da cooperação entre o nosso Partido e FPLN, compete aos órgãos superiores do PAIGC juntamente com os líderes democráticos portugueses o estudo da forma que deve assumir essa cooperação, sendo portanto assunto que transcende o objetivo da minha missão. Mas posso assegurar-lhe que o PAIGC tem prestado larga colaboração aos democráticos portugueses através de tratamento humano e assistência moral e material fornecida aos jovens desertores do exército colonial português. Nunca aliás perdemos a oportunidade de reafirmar a nossa simpatia para com o povo português e o nosso desejo de uma fraternal colaboração e em pé de igualdade, após a independência.

P — O moral das forças militares portuguesas na Guiné é baixo. Mas compreendem elas que travam uma guerra perdida?

R — Sim, têm uma nitida noção de que estão travando uma guerra irremediavelmente perdida. Daí o número crescente das deserções apesar da repressão da PIDE no próprio seio do exército. Os próprios oficiais e autoridades coloniais têm essa noção. Por isso é que procuram separar o mais possível os contingentes recentemente chegados dos antigos, a fim de evitar que aqueles tomem conhecimento de que vieram para morrer ou desertar.

### 25.000 MILITARES!

P — Segundo as informações do PAIGC, qual é o total das tropas portuguesas na Guiné?

R — Atualmente o efetivo das forças militares portuguesas aquarteladas na Guiné é de 25.000 homens. Em Cabo Verde, dado o aumento constante das forças militares portuguesas, é-me impossível mencionar um número determinado. Apesar de tudo, as forças nacionalistas estão no controle absoluto de um terço do território da Guiné, conforme o mapa que o nosso jornal publicou em fevereiro passado.

P — Qual é presentemente a situação em Cabo Verde?

R — Nas ilhas do Cabo Verde, vamos passar à ação armada dentro de pouco tempo, já que a posição do Governo de Salazar se mantém invariável.

### ATO PÚBLICO

No dia 4 de fevereiro, no auditório da Biblioteca Municipal, sob a presidência do prof. Ruy Coelho, da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, realizou-se um ato público de apoio à luta pela independência do povo da Guiné e Cabo Verde. Tomaram lugar na mesa, além de deputados, professores universitários e vereadores, representantes de entidades culturais, estudantis e sindicais e delegados de partidos ou movimentos nacionalistas de Moçambique, Angola, Ghana, Camerum, Argélia e Tanganica.

Depois de terem usado a palavra vários oradores, entre os quais o deputado Cid Franco, Fidelis Cabral fez uma circunstanciada exposição sobre a conjuntura guineense, alargando-se na análise de importantes aspectos da administração colonial fascista e dos antecedentes da luta armada. Depois de referir os fatos ligados à criação do PAIGC em 1963, abordou o problema da administração e organização dos territórios já libertados. O PAIGC — disse — realiza a alfabetização e a politização das massas através de organizações recreativas clandestinas, bibliotecas, teatro popular, etc. Tratando da questão fundamental das bolsas de estudo, Fidelis Cabral fez um apelo ao Itamarati para que conceda facilidades nas universidades brasileiras aos jovens guineenses e caboverdeanos, pois a melhor forma de reforçar as afinidades culturais existentes entre o Brasil e o seu povo é contribuir para a defesa da língua comum.

No final da sessão, foi feita uma subscrição entre os presentes que rendeu várias dezenas de milhares de cruzeiros. Propôs-se ainda a criação da Sociedade dos Amigos da Guiné e da Sociedade Brasileira Contra o Colonialismo Português, sendo ambas as propostas aprovadas por aclamação.



# A Repercussão da II Conferência da F. P. L. N.

As resoluções da 2.ª Conferência da F.P.L.N., e a própria realização da Conferência, mereceram a melhor atenção de um grande número de importantes órgãos de imprensa dos mais diversos países.

Assim, nos dias 21 e 22 de Janeiro, logo que o comunicado da Conferência foi distribuído às agências internacionais de informação, foram muitos os grandes diários do mundo que o publicaram na íntegra, sem ou com comentários, sendo de notar que sempre que houve lugar para estes nos mesmos se não encontrou a mínima palavra favorável para o governo fascista de Salazar, já que os órgãos da imprensa que habitualmente lhe alugam as suas colunas preferiram calar a realização da nossa Conferência.

No dia 27 de Janeiro, o diário francês "Humanité" publicou, com início na 1.ª página, uma entrevista concedida por Alvaro Cunhal ao conhecido jornalista Jean Kanappa, a qual dada a sua importância, reproduzimos noutro local desta edição do nosso jornal.

No dia 29 de Janeiro, o importante jornal londrino "The Guardian", aproveitando uma visita feita à sua redacção pelo nosso companheiro Manuel Sertório, publicou uma longa notícia sobre a F.P.L.N. e as atuais perspectivas da libertação de Portugal.

No dia 30, realizou-se uma conferência de imprensa em Paris, presidida pelo prof. Emídio Guerreiro, presidente da Comissão para a Defesa das Liberdades Públicas em Portugal. Nessa conferência, o nosso companheiro Pedro Soares, membro da Comissão Delegada provisória e que propositadamente para esse efeito se deslocara a Paris, começou por declarar aos jornalistas franceses que "enquanto as forças reacionárias de Portugal odiaram sempre a França das grandes tradições de Liberdade, os democratas portugueses foram educados no respeito e no amor do vosso país, do povo de França, das suas conquistas políticas e sociais. Eis porque nos sentimos felizes de vos encontrarmos entre vós, de vos poder falar da nossa acção e dos objetivos políticos dos democratas portugueses, sabendo que a imprensa francesa, que os jornalistas de França têm uma influência notável sobre a opinião pública do seu país e do estrangeiro, sempre que tomam a peito uma causa nobre, como são as causas dos povos oprimidos". No dia seguinte foram, de fato, muitos os grandes diários (como o insuspeito "Le Monde") que se ocuparam da F.P.L.N. e da sua 2.ª Conferência.

Na imprensa italiana, o conhecido jornal independente "Paese Seara" publicou um longo artigo sob o título "Constituída uma Junta Revolucionária para abater o fascismo em Portugal" e o subtítulo de "Histórica decisão da Conferência da F.P.L.N.". O "Avanti" ocupou-se também largamente do assunto. E o diário "Unità" inseriu uma entrevista do prof. Ruy Luis Gomes, que, dado o seu interesse, transcrevemos no presente número do nosso jornal. Entre as revistas italianas que se referiram à F.P.L.N., destacaram-se os sema-

## RUY LUIS GOMES: Portugueses e africanos aliados naturais



Eis o texto completo da entrevista concedida pelo prof. Ruy Luis Gomes ao diário italiano Unità: **OPOSIÇÃO**

— Quais as forças que aderiram à F. P. L. N.?  
"Grupos de estudantes, de profissionais liberais e de operários

— "rários romanos "Mundo Nuovo" e "Il Punto", tendo este último, na sua edição de 1 de Fevereiro, destinado uma página inteira às resoluções da 2.ª Conferência.

Deve mencionar-se que a presença do prof. Ruy Luis Gomes em Itália, durante alguns dias, foi um importante elemento da mobilização da opinião pública daquele país em favor da nossa Causa.

Na América Latina, foi igualmente grande a repercussão da 2.ª Conferência da F.P.L.N.

Assim, no Brasil, o comunicado da Conferência foi integralmente publicado por, entre outros jornais, "A Nação (São Paulo)" e "A Tribuna" (Santos). O diário "Ultima Hora" (Rio de Janeiro) publicou vários comentários do jornalista Vitor Rêgo sobre as resoluções da 2.ª Conferência, as quais foram também divulgadas por uma comissão composta pelos nossos companheiros Eugénio Mercês, José da Costa Bastos, Amílcar Mercês e Jaime Sabino, através da rádio Mayrink Veiga, no popular programa "Frente Nacional de Reportagem", dirigido por Saulo Gomes.

O jornal "Ultima Hora" (edição de São Paulo) publicou ainda, nos primeiros dias de fevereiro, uma entrevista do nosso companheiro Manuel Sertório, que reproduzimos à parte, junto com as entrevistas já referidas do Prof. Ruy Luis Gomes e de Alvaro Cunhal.

No Uruguai, o comunicado da Conferência foi inserido na íntegra por alguns diários de Montevideo, como "El Popular" e outros. Na mesma capital, as diretorias da "União dos Mulheres Portuguesas" e do programa radiofónico "Portugal em Sud America" realizaram uma reunião conjunta de apoio à 2.ª Conferência da F.P.L.N., tendo sido enviadas à Junta Revolucionária Portuguesa duas mensagens com mais de cem assinaturas.

Mas não foi tudo.

Em muitos outros países da Europa, Africa e Américas a imprensa local deu amplo e favorável acolhimento às resoluções da 2.ª Conferência da F.P.L.N., o que significa, para todos nós, que podemos contar com um movimento cada vez mais generalizado de interesse e internacional simpatia para com a causa que defendemos, a Causa do Povo Português. —

P. D.

católicos, o Partido Comunista, grupos socialistas, republicanos e monárquicos liberais (ao contrário dos monárquicos absolutistas, que estão comprometidos com Salazar). Devo dizer, no entanto, que existem, fora da F.P.L.N., outras forças de oposição ao regime. Com essas forças, procuramos acordos e formas de aliança.

— Os católicos estão todos contra Salazar?

"Infelizmente, não. A alta hierarquia católica, sob a influência do cardeal Cerejeira, apoia Salazar. Ao contrário, participam na luta anti-fascista numerosos sequeiros da Igreja, laicos e eclesiásticos, e muitos dirigentes de organizações católicas. Por exemplo, a J.U.C. (Juventude Universitária Católica) participou nas greves estudantis de Lisboa e Coimbra em 1962. Por outro lado, o bispo do Porto, António Ferreira Gomes, foi exilado em 1958 em virtude das suas posições anti-fascistas, e nessa ocasião 300 sacerdotes apoiaram-no em uma carta aberta. No processo por motivo do assalto ao quartel de Beja, entre os 87 réus

figuram um sacerdote e o jovem Manuel Serra, ex-líder nacional da Juventude Operária Católica. Em poucas palavras: os intelectuais, a massa católica e muitos sacerdotes têm um papel de grande importância na luta contra Salazar.

— Existem grupos clandestinos anti-fascistas também nas forças armadas?

"Certamente. O general Humberto Delgado e o capitão Henrique Galvão, o último dos quais não faz parte da nossa Organização, não são casos isolados. Entre os réus do processo de Beja há oito oficiais. Há alguns meses atrás, o coronel Cunha Serra, segundo comandante de um regimento de confiança em Lisboa, suicidou-se no cárcere (segundo a versão oficial), se é que não foi morto pela polícia política".

— Quantos prisioneiros políticos há em Portugal?

"É impossível conhecer o número exato. Certamente são milhares. As prisões de Aljube, Caxias e Peniche e a prisão privativa da polícia política no Porto reorganizam de presos. Em 10 de Março de 1962, em uma só noite, foram detidos 1.500 estudantes em Lisboa e 350 em Coimbra. Segundo dados estatísticos muito prudentes, mais de 50.000 cidadãos foram presos em 36 anos de regime salazarista. Os tribunais pronunciaram já condenações a séculos e séculos de prisão. Não há necessidade de insistir sobre as torturas e os maus tratos físicos e morais infligidos aos presos. São fatos que provocaram e provocam indignação em

todo o mundo. Estamos perante formas de crueldade medieval, que colocam o regime de Salazar fora do consenso das nações civilizadas".

— As guerras coloniais têm abalado o regime?

"Profundamente. As sangrentas guerras de guerrilhas na Guiné e em Angola provocam uma crescente desmoralização na tropa, a quem repugna a feroz repressão. As deserções aumentam de modo impressionante. Muitos médicos emigraram para o estrangeiro para não serem recrutados e enviados para Africa. Por outro lado, Salazar tem sofrido graves reveses. O próprio governo admitiu que na Guiné um terço do território está nas mãos dos nacionalistas".

### COLONIAS

— Quais são as vossas relações com os movimentos de libertação africanos?

"São boas. Nós somos resolutamente contra o colonialismo e pelo reconhecimento do direito à independência das colónias portuguesas. Não desejamos entrar nas polémicas políticas entre os diversos movimentos de libertação, por exemplo com os de Angola. Trata-se de questões que os africanos têm o direito de resolver sozinhos. Portugueses e africanos, somos aliados naturais contra a opressão colonial e contra o fascismo. Por outro lado, são ótimas as nossas relações com a Revolução Argelina. A nossa Junta Revolucionária, presidida pelo General Humberto Delgado, foi acolhida precisamente pela Argélia".

## ALVARO CUNHAL: Organização e luta de massas

Publicamos abaixo o texto integral da entrevista que Alvaro Cunhal, secretário geral do Partido Comunista Português, concedeu ao escritor francês Jean Kanappa, redator de "L'Humanité", de Paris, e que foi inserida na edição de 27 de Janeiro daquele jornal.

P — O que é a Frente Patriótica de Libertação Nacional e em que condições se constituiu?

R — A constituição da Frente Patriótica é o resultado direto do desenvolvimento das lutas anti-fascistas que grandes massas populares conduzem com amplitude crescente.

Como se sabe, a partir de 1961, apesar do terror fascista, numerosas e poderosas manifestações de massas desenvolveram-se em várias cidades, nomeadamente no 1.º de Maio, em 1962 e 1963, em que centenas de milhares de cidadãos portugueses afirmaram a sua hostilidade ao regime fascista. As lutas reivindicatórias, por outro lado, assumiram grandes proporções. 200.000 operários agrícolas fizeram greve em 1962 para impor a jornada de oito horas e em 1963 para defender essa conquista histórica. São conhecidas também as lutas dos estudantes em defesa do seu direito de associação e as lutas dos intelectuais contra o obscurantismo e a repressão fascistas. No próprio exército, os soldados e um número crescente de oficiais opõem uma resistência ativa à guerra que Salazar faz aos povos de Angola e da Guiné: em quase todas as unidades registram-se motins, deserções coletivas, recusas de embarque. Essa resistência manifesta-se até no seio das tropas estacionadas nos territórios coloniais.

Este desenvolvimento das lutas populares levou irresistivelmente as várias forças da oposição a unirem-se. Comunistas, socialistas, grupos liberais, certos meios católicos, monárquicos constitucionais criaram assim uma organização unitária: a Frente Patriótica de Libertação Nacional. Para dar uma idéia concreta do que representa essa frente, posso dizer-lhe que na II Conferência, que acaba de se realizar, participaram o general Delgado candidato na eleição presidencial de 1958, o professor Ruy Gomes, candidato em 1951, o dirigente socialista Manuel Sertório, eu próprio, e outras personalidades assim como representantes das organizações clandestinas do Interior do País. É importante assinalar: nenhuma força antifascista se

opõe à aliança com o nosso Partido. É esse um grande êxito da classe operária portuguesa. Sentimos-nos orgulhosos pelo fato de a nossa política unitária, os nossos esforços insistentes pela aproximação e pela união das forças democráticas terem conduzido a este feliz resultado.

P — Quais são os objetivos fixados pela Frente?

R — A nossa II Conferência veio confirmar que as várias correntes políticas da oposição têm um objetivo comum: derrubar a ditadura fascista e formar um governo provisório que restabeleça as liberdades democráticas e organize eleições livres para uma assembléia constituinte.



Além disso, como se salienta no comunicado da conferência à imprensa estrangeira, as forças da oposição estão resolvidas não só a lutarem unidas para derrubarem a ditadura fascista, como a manterem uma íntima cooperação na construção do Portugal democrático de amanhã.

"Unidade para hoje e para amanhã", tal é a palavra de ordem do nosso Partido. Sem dúvida, ao estabelecimento de um programa comum depararam-se certas dificuldades, dada a diversidade de forças que compõem a Frente, entre as quais subsistem divergências compreensíveis. Entretanto, a partir de agora, vários pontos de um programa comum merecem a concordância geral: a libertação do país do domínio dos monopólios, a realização de mudanças profundas na estrutura agrária, uma política exterior de paz, baseada na indepen-

dência nacional e na amizade com todos os povos, e, finalmente, o reconhecimento do direito à independência dos povos das colónias portuguesas.

P — Como está organizada a Frente Patriótica?

R — Na base, há as Juntas de Ação Patriótica (JAP), organizações unitárias clandestinas que dirigem as lutas da Frente, nesta ou naquela cidade ou região. Várias dessas juntas editam e difundem os seus jornais. Representam já uma força política importante. Deve assinalar-se como fato de grande significação que as Juntas se fizeram desta vez representar na Conferência da Frente. E no futuro fa-lo-ão novamente.

A Conferência torna-se ela própria o organismo dirigente da Frente. Além disso, designou um órgão executivo no estrangeiro, a Junta Revolucionária Portuguesa, onde estão representadas as diferentes correntes democráticas, e entre elas, naturalmente, o nosso Partido. O presidente dessa Junta é o general Humberto Delgado. Toda a gente sabe que, candidato corajoso do conjunto da oposição à eleição presidencial de 1958, e tendo suscitado em torno da sua candidatura um poderoso movimento popular, o general Delgado teria sido eleito se as eleições não houvessem sido fraudadas. Possui, portanto, um prestígio indiscutido.

A Junta estabeleceu-se, provisoriamente, em Arzel. O governo argelino fez questão de conceder à Frente facilidades pelas quais todas as forças democráticas lhe estão gratas.

P — Quais as perspectivas que se oferecem à luta das forças democráticas do povo português, no período que se aproxima?

R — O que caracteriza a situação atual é que enquanto se agravam as contradições do regime devido à guerra colonial, se produz uma rápida tomada de consciência política das massas e um notável ascenso do movimento antifascista. Doravante há em Portugal uma crise profunda do regime fascista. Significa isso que existe a partir de agora uma situação revolucionária? Os comunistas portugueses não o pensam. Embora enfraquecido, o aparelho de Estado fascista dispõe ainda de forças repressivas bem equipadas, organizadas e disciplinadas e desencadeou a maior campanha de repressão de toda a sua história. Por outro lado, apesar do ascenso do movimento antifascista, este apresenta ainda certas fraquezas de organização. Se a longa experiência das forças democráticas as conduziu à convicção unânime de que para acabar com a ditadura fascista será necessário recorrer, quando chegar o momento, à insurreição nacional, torna-se, porém, necessário criar as condições para esse assalto final. Nós, comunistas, insistimos nesse ponto: a tarefa primordial das forças democráticas, hoje, é o trabalho de organização, o trabalho político, o desenvolvimento das lutas populares. É esse o único caminho que desembocará na insurreição vitoriosa. Para nós, marxistas-leninistas, essa tarefa não poderá jamais ser substituída pelo recurso à ação putxista pelo terrorismo individual. Face à violência fascista, as massas, sempre que necessário, tomam, naturalmente, medidas de autodefesa e as forças democráticas tratam de enfraquecer, de paralisar o funcionamento da máquina governamental de repressão e da guerra colonial. Mas o essencial, de momento, repito-o, é a organização e é a luta das massas populares pelas suas reivindicações económicas e políticas.

O povo português entrou em nova etapa da luta pela sua libertação. Os comunistas portugueses, que se acham na primeira fila desses combates sentem-se felizes ao ver desenvolver-se a unidade das forças democráticas para a qual tanto contribuíram. Continuaremos a reforçar essa unidade, guiados pela única preocupação de servir os interesses da classe operária, do povo, da nação portuguesa. Com todos os democratas queremos lutar unidos para libertar o nosso país do jugo fascista e abrir, unidos, a Portugal um futuro de democracia, de progresso social, de paz e de independência.

Começamos bem o ano de 1964. Esperamos terminá-lo ainda melhor.



PORTUGAL DEMOCRATICO

MANUEL SERTÓRIO:

Unidade para hoje e para amanhã

O dirigente socialista e nosso companheiro de redação Manuel Sertório, concedeu, no seu regresso da Europa, à imprensa brasileira, a entrevista que a seguir reproduzimos:

P — O que é a F.P.L.N.?

R — A F.P.L.N. é um movimento unitário constituído por várias organizações partidárias e correntes de opinião que, em Portugal, lutam contra o governo de Salazar e pela democratização da sociedade portuguesa.

Este movimento unitário corresponde à conclusão a que chegaram todas aquelas organizações e correntes políticas de que, isoladamente, não poderiam derrubar o fascismo português. Outros movimentos semelhantes tiveram lugar anteriormente em Portugal, tendo sofrido a seu tempo, as consequências da guerra fria, o veneno de suspeições mútuas e outras vicissitudes. A F.P.L.N. tem, porém, perspectivas bem mais promissoras do que qualquer desses outros movimentos unitários. Em primeiro lugar, porque nunca foi tão generalizado o descontentamento da população em face das crescentes dificuldades económicas com que se vem deparando. Em segundo lugar, porque os patriotas activistas, que são os militantes da F.P.L.N., não têm hoje a embarracadeira do desenvolvimento da luta velhas lideranças que, no fundo, foram grandes responsáveis por estes trinta e tantos anos de fascismo. Actualmente são novas lideranças que se afirmam, forçadas nas recentes lutas de resistência do povo português. As Juntas de Acção Patriótica que são as unidades de base da F.P.L.N., permitiram já o aparecimento de muitos líderes locais e não está longe a hora em que uma nova direcção nacional da luta surja à luz do dia, imposta democraticamente pelas massas às cúpulas geralmente ultrapassadas.

P — Qual o âmbito da 2ª Conferência da F.P.L.N.?

R — O âmbito da 2ª Conferência foi o da própria F.P.L.N. a Conferência contou com delegados do Interior do país e do exterior, que veicularam os pontos de vista de vários organismos superiores da F.P.L.N. ao mesmo tempo que os das diversas organizações e correntes de opinião a que pertencem: socialistas, comunistas, etc. De destacar foi ainda a participação na Conferência do General Humberto Delgado e de Álvaro Cunhal, secretário geral do P.C. Português.

P — Quais as principais resoluções que foram tomadas?

— Tomaram-se resoluções de tipo organizativo muito importantes, como a de tornar permanente a própria Conferência, que passa a ser o órgão de soberania do movimento unitário e a da criação da Junta Revolucionária Portuguesa. Ainda mais importantes, no entanto, foram as resoluções de carácter estratégico e tático.

No primeiro campo, os representantes das forças políticas participantes na Conferência decidiram que a unidade de acção que os liga actualmente para a luta contra o fascismo deverá perdurar amanhã para a construção de uma sociedade democrática. Isto significa que, tendo hoje o seu lugar na F.P.L.N., ao lado das classes trabalhadoras, os setores progressivos da burguesia, uma cooperação nacional do mesmo tipo deverá amanhã governar Portugal. Foi, assim, repudiada a tese "ultra-esquerdista" de alguns antifascistas portugueses que, na pegada das teses chinesas, têm afirmado o ponto de vista simplista e meramente literário da possibilidade de se construir o socialismo em Portugal imediatamente após o derrubamento do fascismo.

Na verdadeira e leal negociação a que procedeu na 2ª Conferência, todas as forças políticas nela representadas concordaram em que deverão ser perseguidos os seguintes 10 objetivos:

- destruição da máquina do Estado fascista e construção de um Estado democrático;
- a transformação de Portugal

num país de indústria avançada e nacional;

- a reforma da estrutura agrária;

- o aproveitamento das riquezas nacionais em benefício das mais vastas camadas da população;

- o não reconhecimento dos empréstimos externos, quando aplicados em investimentos não reprodutivos, nomeadamente os contraídos para conduzir as guerras coloniais;

- a proteção dos interesses económicos e sociais das classes trabalhadoras e das classes médias;

- ampla política democrática de assistência médica e de seguros sociais;

- a extinção do analfabetismo e larga difusão e democratização da cultura;

- uma política externa de cooperação com todos os povos e de não alinhamento em blocos;

- o reconhecimento do direito à autodeterminação e à independência dos povos das colónias portuguesas.

No campo tático, reconhecendo por um lado a necessidade de uma solução violenta para o atual problema político português, a Conferência repudiou como incorreta,



por outro lado, a idéia de que deva ser exclusivo o uso das ações violentas a praticar contra o fascismo. Ao contrário, achando que o concurso das massas populares para o derrubamento da engrenagem salazarista é imprescindível e que estas só poderão ser mobilizadas através de ações inicialmente pacíficas, a Conferência preconizou o uso simultâneo de ações legais e semi-legais, sempre que as mesmas sejam possíveis. Isto não obsta, é claro, à justiça da prática, desde já, de ações violentas, desde que não sejam terroristas, especialmente daquelas que não exijam grandes quadros técnicos para serem levadas a efeito. Apenas é de notar que — como, mais uma vez, geralmente sucede com os defensores das teses "revolucionárias" chinesas — os antifascistas portugueses que se dizem exclusivamente empenhados em tais formas de acção falam demais e agem de menos.

P — V. referiu-se à Junta Revolucionária Portuguesa. O que nos pode dizer a esse respeito?

R — Ao contrário do que, talvez, o seu nome induza a crer, a J.R.P. não é um órgão técnico encarregado da execução da revolução. É qualquer coisa de diferente e, especialmente, de mais importante: é um órgão primordialmente político, que deverá dirigir, no exterior mas em contacto com o Interior, a acção política, diplomática, de organização de propaganda e financeira da F.P.L.N.

Presidida pelo General Humberto Delgado e composta por democratas de vários matizes políticos que já se encontram em Argel ou para lá brevemente se deslocarão a J.R.P. será, acima de tudo, (numa altura em que unanimemente se considerou inoportuna a criação de um Governo Provisório no exílio), uma espécie de Minis-

tério do Exterior da Oposição portuguesa.

P — Quais as perspectivas gerais do movimento anti-salazarista?

R — Essas perspectivas são, para os democratas portugueses, as mais brilhantes depois da crise de 1945, em que só por inépcia dos dirigentes oposicionistas daquela época não foi subvertido o regime fascista. O governo de Salazar apenas consegue fazer face à crise económica e financeira porque passa, extraordinariamente aguçada pelas campanhas militares nas colónias, mediante o recurso incontrolado e cada vez em maior escala aos empréstimos e aos capitais estrangeiros: da Grã-Bretanha (que mantém o tradicional papel de principal dominadora da economia portuguesa), da R.F. Alemã, dos Estados Unidos da América e de outros países da NATO. O país foi, assim, literalmente posto no prego. O agravamento das condições económicas das classes trabalhadoras e da classe média fornece um exército potencial imenso para os demagogos. Mas é a estes que compete aproveitar todas as dificuldades do regime e desenvolver a luta democrática, com espírito criador e anti-mecanicista, sem dogmatismos nem fantasias literárias para as quais as condições reais do país têm sempre pouco a contar.

Se não há que sonhar com golpes de generais, que apenas poderão funcionar como alternativa de emergência do próprio fascismo no momento em que a crise do salazarismo com Salazar for mais desesperada, também não há que contar com simples quadros de patriotas suicidas, desenraizados das massas populares. Ao contrário, é a mobilização cada vez mais ampla, em extensão e profundidade, dessas massas populares que virá a pôr na ordem do dia o choque violento com a engrenagem fascista. Desenvolver essa mobilização, através dos quadros organizativos da F.P.L.N., é, assim, a tarefa atual dos patriotas portugueses mais lúcidos e a esta tarefa dará o melhor concurso a J.R.P. A hora da libertação não está longe e tanto a F.P.L.N. como a sua J.R.P. saberão estar à altura do que dela espera o povo português, com a necessária audácia mas sem o goliatismo que tudo pode comprometer.

Salazar Expulsa dois Jornalistas

ROMA (Do Correspondente) — O adiamento sine die do julgamento dos 87 patriotas envolvidos no "processo de Beja" foi noticiado com grande relevo pelos principais jornais desta capital. Tomando a iniciativa de expulsar de Portugal dois conhecidos jornalistas italianos, a PIDE contribuiu indiretamente para chamar de modo particular a atenção da opinião pública deste país para a onda de terror policial que neste momento varre Portugal. Os jornalistas que incorreram no desagrado da PIDE foram Pompeo de Angelis, do Popolo e Arrigo Repeto, do Avanti, que se encontravam em Lisboa para cobrir, como enviados especiais daqueles jornais romanos, o julgamento dos 87 patriotas.

Arrigo Repeto, que ainda recentemente escrevera numerosos artigos protestando contra as prisões de intelectuais e que é uma destacada figura do movimento que em Itália vem denunciando os crimes do fascismo português, narrou já no Avanti as circunstâncias que rodearam a sua expulsão pela PIDE e as suas declarações suscitaram a mais viva indignação entre a opinião pública italiana em geral e nos meios jornalísticos em particular. Refletindo a profundidade dessas reações, o governo italiano deu instruções ao seu embaixador em Lisboa para protestar energicamente junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal contra a arbitrária expulsão dos dois profissionais de imprensa.



NOVAS PERSPECTIVAS

Com a resolução aprovada em meados de Janeiro, a luta antifascista entra em Portugal e provavelmente até em Espanha numa fase mais dura e plenamente decisiva. Lógicamente a maioria das decisões da oposição portuguesa obrigará a um endurecimento do regime. Com efeito, a decisão dos antifascistas portugueses tende a fechar a porta a todas as ilusões de que favorecendo uma evolução pacífica da sociedade portuguesa, se poderá "de dentro" abater o regime de Salazar.

O governo tomará também conhecimento disso e o resultado será inevitavelmente um recrudescimento das perseguições contra os democratas que vivem no território metropolitano.

Resta saber e a pergunta é feita pelos democratas de toda a Europa se a batalha a que Delgado e os seus partidários se aprestam terá probabilidades de êxito. A declaração contém um elemento positivo: a afirmação pela primeira vez, não apenas de uma unidade de princípio entre os partidos antifascistas, mas igualmente de um acordo sobre a estratégia, modos e duração da luta. Isto garante a efectiva unidade das forças empenhadas contra a ditadura e pode contribuir para esclarecer os indecisos, para cortar a via dos compromissos com a qual o regime alterando o comportamento duro com a magnanimidade liberal conseguiu ludibriar uma parte dos seus opositores. A decisão tomada pela Junta Revolucionária, se for levada integralmente a efeito pode provocar nas fileiras do regime certa perplexidade, desiludindo os que permanecem fiéis a Salazar na esperança de "ficarem à parte mesmo no caso da derrocada da ditadura. Entretanto, a decisão das forças antifascistas demonstra que, perante a repressão salazarista e apesar da própria guerra que o governo português empreendeu contra os seus adversários com o pretexto da insurreição nas colónias, os partidos e uma parte até da população tendem a sair do "complexo da guerra civil" que em Portugal como em Espanha durante longo tempo paralizou os oposicionistas.

(De IL PUNTO DE LA SETTIMANA - Milão - Janeiro)

SAUDAÇÃO DE MOÇAMBIQUE

"As circunstâncias que levaram à recente prisão dos intelectuais portugueses, alguns deles mundialmente conhecidos, poderiam ser tomadas como um convite à meditação pelas potências ocidentais que persistem em apoiar o governo português financeira e militarmente.

Não é hoje possível fechar os olhos e tentar ignorar que o apoio a Salazar constitui não só um atentado contra os países dominados por Portugal mas também contra o povo português. Sendo assim, a ajuda que Salazar continua a receber das potências ocidentais como os Estados Unidos, Inglaterra, a França e a Alemanha Ocidental, só pode significar uma coincidência de interesses, uma aliança imperialista contra os anseios populares.

Face a esta situação, a nossa posição é clara: luta sem tréguas contra o governo colonial-fascista e seus aliados, solidariedade com todas as forças anti-colonialistas.

A Revolução Moçambicana saudada os portugueses presos pela sua acção contra o poder colonial-fascista e presta homenagem ao patriotismo e espírito de justiça que os guia.

Por outro lado, o Povo de Moçambique continuará a luta até à vitória completa.

(De Mozambique Revolution - Dar-es-Salaam - Fevereiro)

BRASILEIROS SALAZARISTAS

O Sr. Alves Pinheiro, funcionário do Lóide Brasileiro em Portugal, passou a usar chapéu "gelot", hábito que adquiriu com o "falecido" Negrão de Lima, quando este era Embaixador do Brasil junto a Salazar. Talvez fôsse mais correto dizer que era o Embaixador de Salazar, em Lisboa, junto ao Brasil, mas deixemos o passado em paz e fixemo-nos no presente. O "gelot" não disfarça o líbré. O Sr. Alves Pinheiro é frequentemente solicitado pela Imprensa de Lisboa, toda sob controle ou censura do Estado, a manifestar-se sobre a política externa do Brasil. Diz que ela é contrária ao pensamento da maioria do povo brasileiro e imposto por "comunistas"; refere-se, aliás, ao Presidente da República, João Goulart, como "comunista". Não explica por que, sendo "democrata", trabalha para um "comunista", mas seu salário no Lóide explica: o Sr. Alves Pinheiro recebe dois mil dólares por mês do "governo comunista" para prestar serviços ao "democrata" Oliveira Salazar.

Adiante encontramos o Sr. Gladstone Chaves de Melo, adido cultural da Embaixada do Brasil (assim por dizer) em Portugal. O Sr. Chaves de Melo foi secretário da revista "Acção Democrática" do IBAD cujo amor e respeito pelo Sr. João Goulart são menos do que manifestos, para dizer o mínimo. Mas lá está, recompensado em dólares pelo incrivelmente tolerante Jango. O Sr. Chaves de Melo também discorre por extenso sobre a nossa dependência da URSS, o caísmo diante de Fidel Castro, etc., sem dúvida enquanto bebe bom vinho português com os subsídios que lhe envia o Itamarati. Existe ainda o Ministro Donatelo Grieco. Encarregado de Negócios até Vasco Leitão da Cunha substituir Negrão, Donatelo esteve na Academia Militar de Lisboa, onde informou aos cadetes que as Forças Armadas do Brasil nasceram em Portugal, novidade histórica que passo gratuitamente aos nossos militares. Donatelo, quando funcionava na ONU, votou a favor da permanência de Goa como colónia lusã, e, no momento, confiante na eleição do Sr. Juscelino Kubitschek, de quem é sícofanta, espera ser nomeado Embaixador em (e de) Portugal. Está preparando o caminho com as habituais mostras de subserviência à política colonialista de Salazar e insultos à atual orientação do Governo a que teoricamente serve na base de 3 mil dólares mensais.

(De Paulo Francis, in ULTIMA HORA — 4 de Janeiro)

N. da R. — A Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa enviou ao autor do artigo donde extraímos o trecho acima reproduzido o seguinte telegrama:

"A Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa tomou conhecimento com profunda satisfação dos admiráveis artigos publicados na sua coluna nos dias 3 e 4, nos quais com uma coragem e uma lucidez invulgares denuncia os brasileiros amigos de Salazar e inimigos do povo português infelizmente, ante o silêncio de quase toda a imprensa, a campanha de corrupção e compra de consciências que Salazar e seu "lobby" vêm desenvolvendo no Brasil, com fortes apoios na câmara e no senado, explica a euforia recente do governo português expressa no editorial do Jornal "O Século" de Lisboa, e que se proclama que o futuro presidente do Brasil passará a apoiar a política colonialista e fascista de Salazar. Ao exprimir-lhe o nosso profundo reconhecimento pela posição assumida em defesa dos verdadeiros interesses do povo português fazemos questão de renunciar por seu intermédio, as injúrias repetidas que o governo e a imprensa fascistas de Portugal vem assando contra o presidente João Goulart e quantos apoiam a atual política exterior do Brasil.

Pela Comissão Executiva João Sarmento Pimentel, Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena, Antonio Ricca Gonçalves, Vitor da Cunha Rego, Miguel Urbano Rodrigues, Augusto Aragão, Alexandre Pereira, Artur Fonseca, João Manuel Pinto de Moraes e Carlos Cruz.

Leia e divulgue PORTUGAL DEMOCRATICO



# Pela amnistia e contra a repressão

A intensificação da repressão em Portugal, tão evidente que os órgãos do fascismo não ousam já desmentir os factos, despertou em todo o mundo profunda repulsa, sendo inumeráveis os protestos vindos a público contra o terror policial que se abate sobre os patriotas portugueses. As violências registradas na Fortaleza de Peniche e o heroísmo de que vêm dando mostras os presos ali encarcerados na sua luta contra os esbirros da PIDE chamaram de modo especial a atenção da opinião pública mundial. Na impossibilidade de darmos nota de todas as manifestações de solidariedade de que temos conhecimento, apresentamos, abaixo, alguns textos particularmente significativos e fazemos referência a alguns dos muitos protestos divulgados nas colunas da imprensa brasileira.

## FEDERAÇÃO SINDICAL MUNDIAL

A Federação Sindical Mundial enviou a todas as centrais nacionais nela filiadas a seguinte circular, assinada pelo seu secretário Roberto Hernio:

Caros Companheiros:

"Junto vos enviamos uma informação que nos mandou o Movimento Sindical Antifascista Português, em que nos é dada parte da campanha de protestos dos 110 prisioneiros políticos da Fortaleza de Peniche, em Portugal, contra as condições de detenção, particularmente duras a que estão sujeitos.

Entre eles encontram-se os dirigentes operários e sindicais, Luis Nogueira, Joaquim Pires Jorge, Fernando Blanqui, António Dias Lourenço, Manuel Guedes, Octávio Pato, Carlos Costa, Américo de Sousa, José Magro e outros que se vêem até ameaçados de morte pelo director da prisão.

A FSM enviou ao director da Fortaleza de Peniche o seguinte telegrama de protesto:

"Ao saber das condições inhumanas de detenção, maus tratamentos, vexações, punições arbitrárias, ameaças de morte, que sofrem os 110 prisioneiros políticos e sindicais da Fortaleza de Peniche a FSM eleva o seu protesto mais enérgico e pede para que se ponha fim à situação de violência e às provocações constantes que lhes são infligidas".

## EM INGLATERRA

Na Grã-Bretanha tem sido particularmente viva a campanha de protestos contra a repressão fascista. Alcançou grande repercussão uma entrevista concedida à televisão do País de Gales por Mrs. Ward, secretária da Comissão Britânica para a Amnistia aos Presos Políticos Portugueses. Depois de esboçar o quadro sombrio do regime prisional salazarista e de esclarecer que devido aos poderes absolutos da PIDE há em Portugal 86 patriotas presos faz mais de dois anos aguardando julgamento, Mrs. Ward referiu declarações de presos e de advogados que participaram em julgamentos políticos. No final, respondendo à tradicional pergunta "Que pensa fazer neste país", disse: "Pensamos que se suficiente pressão for exercida, as condições podem realmente melhorar e conseguir-se uma Amnistia. O apoio dado aqui em Inglaterra inspira enorme coragem moral àqueles que lutam em Portugal. Uma das nossas principais funções é informar e mobilizar a opinião pública deste País".

## UMA MENSAGEM DE BÉRAND RUSSELL

O TIMES (11-2-64) noticiou com particular relevo a libertação do grande democrata Manuel Rodrigues da Silva. Na mesma coluna inseria uma informação da Comissão Britânica na qual se acentuava que Manuel Rodrigues da Silva tinha passado mais tempo nas masmorras salazaristas do que qualquer outro preso político. Seguiu-se depois a mensagem que, Bertrand Russell, uma das maiores figuras inglesas de hoje, havia enviado à Comissão acerca da libertação daquele democrata, cujo texto dizia:

"A perseguição incessante movida em Portugal contra os opositores do regime é um dos aspectos mais horrorosos da tirania portuguesa. Sinto-me imensamente satisfeito com a libertação de Manuel

Rodrigues da Silva. É uma lição para todos aqueles que não levantam a voz contra a crueldade e a injustiça, argumentando a sua inutilidade. Não é apenas a sua libertação que nos deve encorajar a manter pressão sobre o regime de Salazar, mas a esperança realista de que a nossa pressão fará com que se aproxime o dia em que se declare uma Amnistia total para os presos políticos em Portugal".

## CONFERENCIA EM CARDIFF

Por iniciativa do Community Center, de Bute Town, Cardiff, a secretaria da Comissão Britânica proferiu uma palestra sobre a Repressão em Portugal, na sede daquela agremiação, no passado dia 4 de Fevereiro. No final do debate que se seguiu à palestra, a assistência decidiu que fosse enviada à Embaixada de Portugal, em Londres, e ao Ministério do Interior, em Lisboa, uma moção redigida nos seguintes termos: "Esta reunião de cidadãos de Bute Town, Cardiff, condena vigorosamente a supressão dos direitos humanos elementares e o tratamento brutal sofrido pelos presos políticos em Portugal e nas colónias. Lembramos ao Governo Português que é signatário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que garante essas liberdades fundamentais. Exigimos que cessem os julgamentos políticos, que se encerrem os campos de concentração e que se conceda uma Amnistia imediata a todos os presos políticos".

## NA BULGARIA

O Conselho Central dos Sindicatos Búlgaros enviou ao Governo Português o seguinte telegrama:

"Trabalhadores búlgaros protestam energicamente e exprimem indignação, vaga de terror incessante contra patriotas portugueses, estiolando nas prisões portuguesas e campos de concentração das colónias, sem julgamento e após o cumprimento das penas. Estão detidos ilegalmente por ordem da polícia política portuguesa que segue as vossas indicações. O seu único crime consiste em lutar por uma vida melhor procurando conquistar a liberdade, direitos democráticos sindicais e liberdade para os povos das colónias portuguesas. Insistimos pela libertação dos prisioneiros políticos detidos ilegalmente, afirmando ao mesmo tempo a nossa ardente solidariedade à luta dos trabalhadores e do povo português para a amnistia de todos os presos políticos no país".

De outro lado, o Conselho Central das União Livres, com sede em Sofia, dirigiu-se à Comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas. O telegrama expedido é do seguinte teor:

"Os trabalhadores e empregados búlgaros protestam veementemente e expressam a maior indignação pelas vagas de incessante terror contra os patriotas portugueses que apodrecem nas prisões e nos campos de concentração das colónias, sem julgamento, ou que cumpriram já as suas sentenças. Estão detidos ilegalmente por ordem da polícia política portuguesa só porque lutaram e continuam a lutar por uma vida melhor, por direitos democráticos e de associações livres, pelas liberdades cruelmente violadas pela ditadura fascista do governo de Salazar e por tentarem acabar com a guerra colonial levada a efeito pelo mesmo governo contra os povos oprimidos de Angola, Moçambique e outras colónias portuguesas. Insistimos pela libertação de todos os presos políticos ilegalmente detidos".

## EM ITALIA

A imprensa italiana noticiou com destaque os acontecimentos de Peniche, salientando a propósito alguns dos aspectos mais deprimentes do regime prisional do fascismo salazarista. A reação nos meios sindicais foi imediata, sendo numerosos os telegramas de protesto enviados às autoridades portuguesas e à Embaixada de Salazar em Roma.

Por outro lado, durante todo o mês de janeiro vários jornais, refletindo o interesse da opinião pública italiana pelo problema português, continuaram a dar publicidade a protestos coletivos e individuais motivados pela perseguição aos intelectuais portugueses. Dias

antes de ser libertado Urbano Tavares Rodrigues, o ultimo dos escritores presos, o Conselho Diretivo da Comunidade Europeia de Escritores decidiu enviar à Embaixada de Portugal o seguinte telegrama:

Senhor Embaixador de Portugal: Senhor Embaixador, por ocasião sua reunião Roma conselho Diretivo Comunidade Europeia Escritores presentes delegados países toda Europa manifesta sua profunda inquietação por recente prisão sócio Urbano Tavares Rodrigues e outros escritores e intelectuais Miguel Torga, Alberto Ferreira, Alexandre Cabral, Fonseca e Costa, Manuel de Oliveira, Vasco Granja stop Conselho Diretivo pede Vossa Excelência tornar-se interprete junto seu governo deste unânime protesto e nossa comum esperança por imediata libertação nossos sócios e colegas.

Giuseppe Ungaretti (Presidente); John Lehmann, Mikola Bajan (Vice-presidente); Giancarlo Vigorelli (Secretário Geral Comunidade Europeia Escritores).

## NO BRASIL

Além de numerosos artigos e notícias sobre a já chamada "revolta dos presos de Peniche", a imprensa brasileira publicou em fevereiro com relevo alguns dos muitos telegramas e cartas de protesto provocados pelas violências policiais exercidas contra os patriotas encarcerados naquele presidio.

## UNIÃO BRASILEIRA DE ESCRITORES

Um dos primeiros protestos partiu da União Brasileira de Escritores. Assinado pelo respectivo presidente, prof. Toledo Machado, o telegrama enviado ao sr. Américo Tomás é do seguinte teor:

"A União Brasileira de Escritores, informada de violências a que vêm sendo submetidos os presos políticos da Fortaleza de Peniche, solicita de v. exa. interferência no sentido de pôr termo a esse estado de coisas, atentatório da dignidade do nome português e do respeito devido aos direitos da pessoa humana".

## BANCÁRIOS

A Federação dos Bancários do Estado de São Paulo foi uma das entidades que escreveu ao Chefe do Estado Fascista Português, manifestando solidariedade aos patriotas de Peniche e exigindo a sua imediata libertação.

O Sindicato dos Bancários de São Paulo assumiu atitude identica, pedindo a punição dos responsáveis pelas violências cometidas contra os presos. Telegrama semelhante foi enviado à Embaixada do

Rio de Janeiro, pelo sr. Pedro Iovine, presidente do Sindicato.

## GRÁFICOS

O Sindicato dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo mobilizou-se igualmente em favor dos presos de Peniche logo que os jornais noticiaram os graves acontecimentos ocorridos no presidio. Além de telegrafar ao embaixador de Salazar no Rio, o presidente do Sindicato, Sr. Valentim Rigamonti, dirigiu-se ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, pedindo a interferência do governo brasileiro junto das Nações Unidas, no sentido de denunciar as arbitrariedades e violências cometidas pelo governo português contra os presos políticos.

## UNIÃO ESTADUAL DOS ESTUDANTES

A União Nacional de Estudantes de São Paulo associou-se desde a primeira hora ao movimento de protesto contra a vaga de repressão fascista, remetendo ao Sr. Américo Tomás o telegrama que a seguir transcrevemos:

"Em nome mais elementares direitos humanos protestamos repressão levada cabo presos políticos particular contra violências praticadas patriotas presos Fortaleza Peniche p: solicitamos intervenção vossa termino arbitrariedades cometidas — JIRGES DIEB RISTUM, Vice-Presidente, para assuntos nacionais.

## OUTRAS MANIFESTAÇÕES

Um dos telegramas mais expressivos enviados ao Sr. Américo Tomás partiu da iniciativa de um grupo de personalidades brasileiras, ocasionalmente reunidas no auditorio do jornal "Folhas de S. Paulo", no dia 13 de fevereiro. Damos, abaixo, esse documento, que foi assinado por dezenas de figuras em evidência no mundo das letras e das artes:

## PRESIDENTE AMÉRICO TOMAZ PALÁCIO DE BELÉM LISBOA

Intelectuais brasileiros reunidos na solenidade da entrega do prêmio "Juca Pato" ao escritor Afonso Schmidt, cuja obra é uma permanente exaltação da liberdade e dignidade do homem, não podem deixar de se sentir solidários com os intelectuais portugueses perseguidos por amor da liberdade e com todos os portugueses encarcerados por delito de opinião.

Informados do clima de violências que neste momento atinge particularmente os democratas presos na Fortaleza de Peniche, solicitam de v. exa. punição dos responsáveis e imediata e ampla anistia para todos os patriotas detidos por motivos políticos".

Durante um banquete de homenagem ao ex-vereador Ruy Branco Paranhos, grande amigo do povo português, foi também redigido um documento de protesto contra a repressão salazarista, tendo o mesmo recebido mais de 200 assinaturas.



D. Horténsia Campos Lima e sua filha já se encontram em França, onde se reuniram à Emílio Campos Lima, seu marido e pai. Foi a campanha de protestos desencadeada e o nível internacional que levou a PIDE a ceder, derrotada, desistindo de reter como refém a família daquele democrata.

## III Jogos Luso-Brasileiros

Dando prosseguimento à sua ofensiva no Brasil, Salazar conseguiu obter a concordância dos responsáveis pelo desporto brasileiro para a realização nas colónias portuguesas da próxima edição dos chamados Jogos Luso-Brasileiros.

A reação contra mais essa manobra política do fascismo foi muito viva na imprensa brasileira, sendo de salientar dois excelentes comentários que ao assunto dedicou o editor de desportos de "Última Hora", Alvaro Paes Leme.

A Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa, a propósito do problema, enviou ao presidente do Conselho Nacional de Desportos do Brasil, deputado Rogê Ferreira, a seguinte carta:

"De acordo com informações publicadas na imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro, foram concluídos entendimentos entre as autoridades portuguesas e o presidente da Confederação Brasileira de Desportos — que para o efeito se deslocou expressamente a Lisboa — no sentido de que os III Jogos Luso-Brasileiros se realizem nas colónias portuguesas de Angola e Moçambique.

Essa decisão foi recebida, como era de esperar, com profundo pesar pelos democratas portugueses, pois a iniciativa salazarista impondo as colónias para essa manifestação desportiva tem o propósito evidente de comprometer o Brasil com a política fascista de Lisboa. Efetivamente, aceitando de local os seus atletas a Angola e Moçambique para ali defrontarem os representantes de Portugal, o Brasil, aos olhos de africanos e lusos, mostra admitir a tese colonialista de que aqueles territórios são províncias portuguesas, dando reflexivamente cobertura a todo o conjunto de falsidades sustentadas pela propaganda fascista. A nossa surpresa em face da decisão da Confederação Brasileira de Desportos é tanto maior quanto ela representa um desmentido frontal à política do Governo Federal expressa no Conselho de Segurança e na Assembleia Geral da O.N.U. em votos favoráveis à autodeterminação de Angola e Moçambique e à severa condenação do colonialismo de Lisboa. Poder-se-á objetar que o que conta é a atitude assumida nos organismos internacionais, mas permitimo-nos recordar a V. Exa. que o governo português, na sua propaganda, continua a sustentar a tese de que o povo brasileiro apoia a sua política de integração e genocídio e que nenhuma importância deve ser atribuída à posição anti-colonialista do Executivo pois a mesma estaria em dissonância com o sentimento nacional. Assim, a realização em Luanda e Lourenço Marques dos Jogos Luso-Brasileiros, contrariando e ridicularizando as posições assumidas pelo Itamarati, terá para africanos e portugueses o significado de uma manifestação ostensiva de apoio ao colonialismo. Aliás, as numerosas delegações de políticos brasileiros que ultimamente têm visitado Angola e Moçambique e cujos componentes são sistematicamente escolhidos entre os adversários mais acérrimos do Governo Federal, não têm feito outra coisa senão preparar o ambiente para o golpe agora preparado por Salazar com a realização dos Jogos Luso-Brasileiros. Não ignora certamente V. Exa. que são constantes os insultos dirigidos pela imprensa e pela rádio portuguesas à pessoa do sr. Presidente da República do Brasil em decorrência da sua opção anti-colonialista. E, contudo, a diplomacia salazarista acaba de conseguir a anuência do Brasil para um ato que a África inteira e os democratas portugueses, em particular, interpretarão como a negação da posição brasileira de defesa da autodeterminação das colónias portuguesas.

Levando o nosso protesto ao conhecimento de V. Exa., esperamos que na sua qualidade de presidente do Conselho Nacional dos Desportos possa tomar ainda as providências capazes de evitar que seja levada adiante uma iniciativa em que o esporte brasileiro servirá de instrumento de uma manobra política montada pelo fascismo colonialista português.

Aceite Sr. Deputado as nossas calorosas saudações antifascistas.

Atenciosamente  
a) Miguel Urbano Rodrigues, Manuel Sertório, Augusto Aragão, Alexandre Pereira e António Fonseca.

Du...  
reio, o C...  
largamei...  
os para...  
documen...  
"O Co...  
nido em...  
feverei...  
CONS...  
SATISF...  
— Qu...  
nialista...  
tre o d...  
Ver...  
Esta...  
pressa"...  
na rua...  
pessoas...  
dos ele...  
do in...  
existen...  
também...  
conquis...  
pela vi...  
Assim...  
que inc...  
tunistas...  
quanto...  
primer...  
força e...  
ta e a...  
quanto...  
defectu...  
que o...  
era pro...  
socialis...  
rente...  
Duna...  
causa...  
Oposiç...  
extrem...  
da nas...  
legalis...  
fascism...  
ou ser...  
na hot...  
quem p...  
violên...  
trazer...  
plo sat...  
guês...  
Por...  
foram...  
passad...  
acertos...  
alheios...  
muitos...  
do pov...  
o cam...  
va est...  
exper...  
e firme...  
diment...  
históri...  
GUES...  
FASCI...  
VEICU...  
VANTA...  
MADO...  
Eis...  
aparec...  
de e a...  
res op...  
agora...  
técni...  
estão...  
ridade...  
são e...  
mento...  
e da l...  
Desd...  
rece de...  
breves...  
a difer...  
força...  
rias e...  
é que...  
reivind...  
pela en...  
a luta...  
condiç...  
ou não...  
dum c...  
adquir...  
forma...  
ofensiv...  
es do...  
tes int...  
que mu...  
utilizar...  
agora...  
lógico...  
dial e...  
precon...  
res of...  
Frente...  
Nacion...  
(1) Ob...  
Ma...  
mu...  
Mc...  
(2) Am...  
ra...  
Ma...  
(3) To...  
to me...  
(4) Cl...  
to...  
FCP...  
I...



**PORTUGAL  
DEMOCRATICO**

# Frente Mundial de Estudantes Contra Salazar

Durante a sua recente reunião em Budapeste, de 14 a 18 de Fevereiro, o Comité Executivo da União Internacional de Estudantes ocupou-se largamente da situação existente em Portugal e decidiu acelerar os esforços para a criação de uma Frente Mundial Estudantil Antifascista. O documento aprovado é do seguinte teor:

"O Comité Executivo da UIE, reunido em Budapeste, de 15 a 18 de Fevereiro de 1964

**CONSTATANDO COM  
SATISFAÇÃO:**

— Que o regime fascista e colonialista de Salazar, acossado entre o desenvolvimento do movi-

mento popular democrático português e os progressos dos movimentos de libertação nacional de Angola, Guiné, Cabo Verde e Moçambique, atravessa a maior crise da sua história;

— Que assim durante o ano de 1963, as ações de massa para um Portugal livre, independente e pacificado prosseguiram com novos êxitos, expressos essencialmente pelas grandes greves e manifestações para a democracia do 1.º de Maio em Lisboa, Covilhã, Couço Silves e outras cidades e localidades do país, nas lutas e greves de dezenas de milhares de trabalhadores industriais e agrícolas por melhores condições de trabalho e de vida; nas ações de milhares de soldados e do conjunto da população contra as guerras coloniais;

— Que a 2.ª Conferência da Frente Patriótica de Libertação Nacional realizada em Janeiro de 1964, demonstrou grandes progressos no reforço da unidade e da organização das forças anti-fascistas mais importantes de Portugal e permite novos passos avante nesta via, criando os órgãos deliberativo e executivo da Frente e estabelecendo as bases da ação unitária para a queda do fascismo e para a construção do Portugal do futuro;

— Que o movimento estudantil deu uma importante contribuição à luta contra o fascismo e o colonialismo salazaristas e para a unidade de ação e organização das forças democráticas portuguesas e que conseguiu, apesar da ameaça que continua a constituir o decreto 44.632 defender e manter a legalidade das suas associações unitárias;

— Que o governo salazarista se tornou um dos mais impopulares regimes ditatoriais do mundo, tendo os seus delegados sido expulsos de numerosas organizações de cooperação internacional, e censurada a sua política colonial, belicista e antidemocrática sob diversos aspectos pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança da ONU, e os seus crimes condenados por campanhas que uniram centenas de milhares de homens, jovens e estudantes de todo o mundo;

— Que a campanha nacional e internacional contra a repressão e pela anistia, acabou de obter um grande e encorajador sucesso com a libertação do decano dos prisioneiros políticos portugueses, o dirigente trabalhista e sindical Manuel Rodrigues da Silva, que contava cerca de 24 anos de prisão.

**CONSIDERANDO:**

— Que o regime fascista e colonialista português, semelhante a outros regimes fascistas e reacionários sem qualquer apóio das massas, só consegue manter-se graças a um acréscimo da repressão anti-democrática e com o auxílio crescente de um certo número de círculos e governos imperialistas, de que depende cada vez mais.

— Que em 1963 novamente milhares de portugueses, entre os quais numerosos estudantes foram presos e torturados.

— Que para fazer face à resistência dos soldados portugueses às guerras coloniais, o governo de Salazar acaba de decretar a pena de morte contra todos os militares que se oponham aos massacres dos patriotas de Angola, Guiné, Cabo Verde e Moçambique.

— Que os condenados políticos e sobretudo os 110 prisioneiros da fortaleza de Peniche entre os quais se encontram os dirigentes estudantis como Carlos Aboim Inglês, Carlos Brito, Jorge Araújo, José Bernardino, e outros foram recentemente ameaçados não só com a prisão perpétua mas também com o assassinio e o envio para o campo de concentração do Tarrafal, o que significa o mesmo.

— Que os governos e círculos monopolistas como os Estados Unidos, a RFA, a Inglaterra, a França e outros Estados, pelo seu apóio financeiro, militar e diplomático, prolongam a vida do regime anti-popular e colonialista de Salazar.

**O COMITÉ EXECUTIVO DA  
UIE DELIBERA**

— Apelar a todas as organiza-

ções nacionais e internacionais, para que tomem na ação e por negociações as medidas necessárias à constituição de poderosa Frente Mundial Estudantil Anti-Fascista, que possa levar aos estudantes e aos povos dos países que como Portugal lutam contra o domínio fascista, uma solidariedade ativa, eficaz e permanente.

**E ENCARREGA O  
SECRETARIADO:**

— de tomar as medidas imediatas, destinadas a facilitar a realização dentro em breve da Conferência de Solidariedade das Organizações Estudantis dentro da Europa em prol da luta de libertação dos povos e dos estudantes de Portugal e de Espanha que deve constituir um grande passo em frente

na formação desta grande Frente Mundial Estudantil Anti-fascista; — de intensificar desde já por todos os meios a solidariedade moral e material aos povos portugueses em luta pela Democracia, a independência nacional e a Paz; — de organizar uma campanha internacional para a defesa da vida e da liberdade dos estudantes e outros patriotas detidos na fortaleza de Peniche.

## Verso e Reverso

(Conclusão da pág. 2)

Esta crença, aliada à "grata surpresa" de ver subitamente em plena rua centenas de milhares de pessoas manifestando-se nos perfetos eleitorais, forjou a falsa ilusão do vigor de forças subjetivas inexistentes e, por conseguinte, também a idéia da viabilidade da conquista do poder em Portugal pela via pacífica.

Assim, os marxistas portugueses que incorreram nestes desvios oportunistas, o fizeram duplamente quanto à realidade portuguesa propriamente dita, ao subestimar a força e natureza do Estado Fascista e a organização das massas; e quanto à interpretação mecânica e defeituosa do II Congresso dado que o problema em Portugal não era precisamente a passagem ao socialismo senão coisa muito diferente. (4)

Durante certo tempo, pois por causa de influências diversas, a Oposição Portuguesa navegou, da extrema direita à extrema esquerda, nas águas mansas e "doces" do legalismo, isto é: acreditou que o fascismo poderia morrer de póbre ou ser vencido pelas urras, embora houvesse, ontem como hoje, quem preconizasse a violência pela violência que, também não poderia trazer nem trouxe nenhuma solução satisfatória para o povo português.

Por parte de todos certamente foram cometidos graves erros no passado, mas também muitíssimos acertos. E os erros próprios e alheios e os acertos de alguns e de muitos, o heroísmo dos militantes e do povo, assinalaram, finalmente, o caminho luminoso para uma nova estratégia aprendida na dura experiência de 37 anos de ditadura e firmemente entroncada no conhecimento científico e na filosofia da história: O CAMINHO PORTUGUÊS PARA A DERRUBADA DO FASCISMO QUE SO' PODE SER VEICULADO ATRAVÉS DO LEVANTAMENTO POPULAR ARMADO.

Eis aqui, porém, que de novo aparecem as tricas entre a realidade e a fantasia. Se todos os sectores oposicionistas estão concordes agora no que respeita ao fim estratégico pela via não pacífica, não o estão já no referente às particularidades táticas, à natureza, dimensão e oportunidade do desencadeamento da violência revolucionária e da luta armada.

Desde o meu ponto de vista parece de suma utilidade esboçar em breves traços, 1.º) em que consiste a diferença conceptual e tática da força, da violência revolucionária e da luta armada; 2.º) quando é que a luta de massas, as lutas reivindicativas ou a luta política pela emancipação social e nacional, a luta contra a repressão, que nas condições do fascismo, queiram ou não, se revestem quasi sempre dum carácter excepcional e duro, adquiere, pode ou deve adquirir a forma de luta violenta, armada e ofensiva contra o aparelho e as bases do Estado Fascista, ou das bases internas do imperialismo, e de que maneira se podem combinar e utilizar planificadamente desde agora num mesmo esquema estratégico, todos os métodos de luta, social e politicamente aceitáveis, preconizados pelos diversos sectores oposicionistas agrupados na Frente Patriótica de Libertação Nacional.

- 1) Obras Escolhidas. Vol. 1 — Marx — Engels. Manifesto Comunista. Pág. 33 Ed. Estrang Moscovo.
- 2) Amsterdão. Discurso de clausura Cong. de Haia — 1872 — Marx.
- 3) Todos os PC do mundo excepto os de China e Bulgária, ultimamente.
- 4) Cláusulas 2.ª e 3.ª do documento + O desvio de Direita do POP, Ed. Avante! — Março — 1961.

## Colonialismo e Anticolonialismo

**ANGOLA**

Segundo um relatório apresentado recentemente ao Conselho Nacional da FNLA, em Leopoldville, pelo comandante José Kalundungo, chefe do estado maior do exército revolucionário angolano, as operações militares contra as forças colonialistas portuguesas entraram em nova fase, com a extensão de luta e zonas onde até agora não se registrava qualquer atividade dos elementos nacionalistas. Assim, unidades regulares angolanas penetraram já este ano até Andulo, 240 km ao sul de Luanda, facto que causou profundo alarme na capital da colónia, ao ser conhecida a presença dessas forças na retaguarda do Exército português.

## Salvemos Narciso Julian!

Franco, digno émulo de Salazar, continua a perseguir e torturar os patriotas espanhóis. Em toda a Europa e na América desenvolve-se neste momento uma grande campanha de solidariedade a uma das vítimas do caudillo fascista: NARCISO JULIAN. A essa campanha não pode a emigração democrática portuguesa permanecer indiferente. Cumpre que juntemos as nossas vozes ao clamor universal que exige a libertação daquele patriota.

Narciso Julian era, antes da guerra, um ferroviário. Como tantos companheiros, o levante fascista encontrou-o ao lado da legalidade republicana, nas milícias ferroviárias. Condenado à morte morte no final da guerra, teve a pena comutada em trabalhos forçados nas minas de volframio da Galiza. Restituído à liberdade depois de ter sofrido ali indizíveis maus tratos, voltou à luta pela liberdade e independência do seu povo, com a mesma determinação de antes. Novamente detido e barbaramente torturado, foi condenado a 20 anos de prisão por um tribunal militar em Valência. Transferido para Madrid, arrastado perante outro tribunal militar presidido pelo coronel Eymar, carrasco de sinistra fama, que o condenou a outros 20 anos! Quer dizer quarenta anos pelo mesmo "crime" de ser patriota...

Narciso Julian encontra-se doente. Na prisão de Yserias (Madrid) onde se acha, o seu estado vem-se agravando de modo alarmante. Recusam-lhe tudo, desde assistência médica a roupa adequada. Com uma gravíssima lesão na espinha e uma úlcera em fase aguda, Narciso Julian perecerá se a força imensa da opinião pública mundial não se mobilizar para o arrancar das garras de Franco. É bem recente o exemplo de Manuel Rodrigues da Silva. Os protestos já principiaram a acumular-se na mesa do ministro da Justiça de Franco. "Portugal Democrático" espera que os democratas portugueses contribuam para que eles se avolumem.

## Antonio Cachapuz

Num dos primeiros dias de Janeiro, faleceu em Chaves o prof. Antonio Pereira da Costa Cachapuz, conhecido intelectual que desde sempre defendeu, na sua terra natal, os ideais da Democracia. O falecido era pai do nosso amigo Francisco de Barros Cachapuz (Paulo de Castro), a quem apresentamos os nossos sentimentos.

**MOÇAMBIQUE**

● Segundo o Boletim da Frente de Libertação de Moçambique (Janeiro) editado em Argel, as forças militares portuguesas estacionadas em Moçambique ascendem presentemente a mais de 40.000 homens. No interior da colónia prossegue a construção de pistas de aterragem nos pontos considerados estratégicos. Em cada "Posto administrativo" (divisão administrativa de 3.ª ordem) continuam sendo colocados destacamentos de tropas ao mesmo tempo que são distribuídas armas aos civis europeus. São instalados telefones para uso exclusivo da PIDE e do comando militar a fim de facilitar as comunicações diretas entre os "Postos administrativos", os régulos e o dispositivo de repressão.

● Os presidios políticos estão repletos de nacionalistas, enquanto outros vão sendo construídos; as prisões arbitrárias ameaçam indistintamente todos os moçambicanos.

● No posto administrativo de Muldumbe foram presos 2000 moçambicanos e forçados a trabalhar na construção de um campo de aviação a ser utilizado pela aviação portuguesa. As autoridades destruíram todas as habitações e campos de cultivo que se situavam na área a ser ocupada pelo aeroporto.

● Em 24 de dezembro de 1963, no Posto administrativo de Cobué (distrito do Niassa) foram presos vários africanos entre os quais se contam o régulo Chiteji (de Chigoma), Sidney Namata, E. Kamphambe e M. Mchikoma.

● Em comunicado divulgado no dia 30 de Janeiro, o PAIGC denuncia a hipocrisia da manobra salazarista que consiste em convidar o secretário geral da ONU a visitar Angola e Moçambique. "É interessante assinalar — sublinha — que o Governo Português não teve a audácia de convidar o Secretário da ONU a deslocar-se ao nosso País. Isso mostra que esse Governo tem pelo menos consciência de que a "soberania portuguesa" está completamente abalada, senão caduca, em nosso País, onde apenas se faz sentir em Bissau (a capital) e em outros centros urbanos".

● Duas companhias de tropas portuguesas saídas de Bissau para reforçar guarnições do interior foram atacadas na região de Mansoa. Depois de sofrerem pesadas perdas, regressaram à capital.

● Um pelotão português que tentava instalar-se em Iracunda caiu numa emboscada, sendo aniquilado.

● Em Bissora, um comboio português, transportando muito material de guerra, caiu num campo de minas, perdendo cinco veículos.

● Após um ataque de comandos do PAIGC, a Central elétrica de Farim, uma das principais cidades da Guiné, ficou inutilizada.

● Durante um ataque ao quartel de Binta, morreram cinco soldados portugueses.

● No rio Cacheu, elementos nacionalistas afundaram uma vedeta portuguesa que se dirigia para Binta.

● Holden Roberto, chefe do Governo Revolucionário de Angola no Exílio, e o marechal Chen Yi, ministro dos Negócios Estrangeiros da Republica Popular da China avistaram-se em Nairobi, no Kenia, tendo ultimado os pormenores da visita à China de uma delegação do GRAE.

● Promovido pela União Nacional dos Estudantes Angolanos realizou-se este mês em Leopoldville o I Congresso dos Estudantes Angolanos.

● David Grenfell, missionário britânico, em artigo publicado no jornal "Etoile du Congo" afirma que o Governo Revolucionário de Angola dispõe no Norte daquela colónia de uma administração clandestina eficaz, paralela à das autoridades portuguesas.

● Uma coluna de oitenta refugiados angolanos que fugia das regiões devastadas do Norte de Angola, foi atacada por forças militares portuguesas quando pretendia atravessar a fronteira do Congo. Foram abatidas oitenta mulheres e crianças. O chefe do GRAE Holden Roberto, telegrafou ao Secretário Geral da ONU, denunciando o massacre como ato de genocídio.

**PORTUGAL  
DEMOCRATICO**

**DIRETOR RESPONSÁVEL**  
Otávio Martins de Moura

**SUCURSAL**

Rio de Janeiro: Rua General Pedra, 215 — Tel. 43-0202

**REPRESENTANTES**

RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Rua Real da Torre, 898 — 1.º andar

CURITIBA — A. Ferrer — Rua João Pessoa, 67

LONDRINA: Júlio Duarte Edifício Centro Comercial, Apto., 141

FORTALEZA: Dr. Carlos d'Alge — Av. Visconde de Caupe, 2-853 — Ceará

PORTO ALEGRE: Carlos Noronha Feio — R. Dr. Flores, 96 — Rio Grande do Sul

PELOTAS: Heltor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 Pelotas — Rio Grande do Sul

SALVADOR: Américo Carvalho — Av. Sete, n.º 1 — Edifício Sulacap, 215 — Salvador (Bahia)

INGLATERRA: Grupo de portugueses democratas da Inglaterra (GPDI) 4, Sherwood Gardens, Barking, Essex

CANADA: Portuguese Canadian Democratic Association 47 Barrymore Road — Scarborough — Ontário — Canadá

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

ARGENTINA — Manuel Lopes — Benito Perez Galdos, 222 — Buenos Aires

URUGUAI — Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo, 2.128 — Distrito 5 — Montevideo

CHECOSLOVÁQUIA — João Ribeiro — Postovní Urada — Jindřiská, 15 — Šbránká 646 — Praha

**REDAÇÃO**

Rua Conselheiro Furtado, 191 Sala 2 — Caixa Postal, 4.469 Tel.: 37-0933 — São Paulo

**EXPEDIENTE**

Dias úteis: das 19 às 22 horas

Sábado: das 15 às 19 horas

Número avulso Cr\$ 30,00

Assinat. anual Cr\$ 1.000,00

Ass. p/ Exterior US\$ 10,00

**Ano VIII - N.º 81 - Março - 64**

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte toros, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade



# PROFESSORES DA USP PROTESTAM NA ONU CONTRA A REPRESSÃO

O documento que abaixo publicamos — assinado por dezenas de professores da Universidade de São Paulo — constitui a prova mais expressiva da profundidade da emoção e da repulsa provocadas no Brasil pela última onda de violências e perseguições policiais desencadeada pela FIDE. Não obstante as inúmeras manifestações de solidariedade individual que os democratas portugueses têm recebido dos meios universitários brasileiros é de fato a primeira vez que a Universidade de São Paulo, através das suas figuras mais representativas, se manifesta em documento coletivo, tomando a iniciativa de protestar junto do secretário geral da ONU contra a repressão fascista em Portugal e apontando-a como CRIME CONTRA A HUMANIDADE.

O protesto, que é também um apêlo, é do seguinte teor:

Senhor U Thant  
Secretário Geral da Organização das Nações Unidas  
Excelência

“É com crescente preocupação que a opinião pública brasileira acompanha a intensificação da campanha repressiva a que se vem entregando o governo português. Adotando novos métodos de terror

policiais, as autoridades portuguesas iniciaram nos últimos meses uma política sistemática de perseguições coletivas, atingindo alternadamente as várias profissões liberais. As primeiras vagas de prisões visaram os advogados, os médicos e os engenheiros, contando-se por dezenas os elementos detidos sem culpa formada, apenas por não identificação com os princípios doutrinários do regime. A classe dos arquitetos e o setor estudantil foram também alvo de perseguições e arbitrariedades policiais, culminando essa campanha, minuciosamente preparada, com a prisão em massa de escritores e cineastas realizada em novembro e dezembro p.p. durante a qual foram também detidos alguns nomes de prestígio na Universidade de Lisboa.

Entretanto, a situação das centenas de presos políticos encarcerados nos vários presídios e campos de concentração coloniais do regime é cada vez mais desesperadora. Segundo informações recebidas de Portugal, confirmadas aliás por observadores estrangeiros, é de franca revolta — para citar apenas um exemplo — o ambiente na Fortaleza de Peniche, onde os presos, reagindo contra um tratamento desumano, que lembra os métodos da Gestapo, vêm recorrendo com frequência à greve da fome, como único meio de fazerem ouvir o seu protesto contra a tortura, a incomunicabilidade e a supressão de visitas e de correspondência.

Não pode a opinião pública brasileira permanecer indiferente a tantas e tão repetidas violações dos direitos fundamentais da pessoa humana. Os íntimos laços de cultura e sangue que nos unem a Portugal e o fato de sabermos que nem a imprensa nem o povo têm oportunidade naquele país irmão de se manifestar sobre a vaga de repressão em curso, explica a atitude dos signatários, todos professores da Universidade de São Paulo, trazendo ao conhecimento de V. Exa. uma situação incompatível com o respeito devido à condição humana. É à margem de toda opção de natureza política que nos permitimos chamar a atenção de V. Exa. para a flagrante violação dos princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem por parte do Governo Português, signatário da Carta das Nações Unidas e membro da Organização. A campanha de repressão desencadeada pelo Governo de Lisboa é um CRIME CONTRA A HUMANIDADE. Como tal o denunciaremos a V. Exa., na esperança de que diretamente, ou por intermédio da Comissão dos Direitos do Homem, adote as providências que a gravidade da situação requer.

Aproveitamos a oportunidade para, com os nossos cumprimentos, apresentar a V. Exa. os protestos da nossa mais elevada consideração.”

O documento, datado de 12 de fevereiro, foi assinado pelos seguintes professores:

Da FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS:

Florestan Fernandes, José Carlos Pereira, J. Rodrigues Barbosa, Roque Spencer Maciel de Barros, Crodovaldo Pavão, Erasmo Garcia Mendes, José Quirino Ribeiro Ruy Coelho, Leonardo Arregi Angelelli, António Soares Amora, Laerte Ramos de Carvalho, Luís Pereira, Egon Schaden, Michel P. Sawava, Lívio Teixeira, Cândido Lima da Silva Dias, José Goldenberg Paschoal Sense, Ruy Ribeiro Franco, Armando Tomal, J. Arthur Gramuth, Theodor Henrique Mauro Junior, Mario Schemberg, Eurípedes Simões de Paula, Anita Cabral e J. Porchat.

Da FACULDADE DE MEDICINA:

Thomás Maack, Samuel B. Pessoa, António Dácio Franco do Amaral, Erny Camargo, José de Oliveira Coutinho, Nubio Negrão, Sebastião Baeta Henriques, Júlio Pudles, L. H. Pereira da Silva, Luís Rey, Leonidas Deane, Elfrido Kirchner e José Mário Taques Bittencourt.



No auditório da Biblioteca Municipal realizou-se, no passado dia 4 do corrente, um Ato Público de solidariedade às presas políticas portuguesas, promovido pela União das Mulheres Portuguesas (núcleo de São Paulo). A iniciativa, à qual dedicaremos em nosso próximo número desenvolvida reportagem, suscitou muito interesse nos meios femininos da capital paulista, tendo presidido à sessão a escritora Helena Silveira. Publicamos acima um aspecto da mesa.

## O Gen. Delgado agradece ao pres. Ben Bella

Após os trabalhos da II Conferência da FPLN, o general Humberto Delgado enviou a seguinte carta ao presidente da Argélia,

Ahmed Ben Bella:  
Excelência:

Em nome dos representantes das forças antifascistas portuguesas, reunidos na Conferência da Frente Patriótica de Libertação Nacional, peço-lhe que aceite as nossas respeitadas saudações. Desejamos agradecer-lhe a ajuda fraternal do governo e do heroico povo argelino à luta do povo português contra o regime fascista e colonialista de Salazar.

No momento em que as forças internacionais mais reacionárias concedem a Salazar os meios para se conservar no poder e lhe permitem desafiar as resoluções da ONU, prosseguindo a guerra colonial, o apêlo e a solidariedade do povo argelino são uma ajuda muito importante para o nosso combate pela Democracia, pela Liberdade e pelo direito dos povos de dispor dos seus destinos.

Desejamos ao povo argelino e ao vosso governo novos sucessos na construção de uma Argélia democrática e popular e esperamos que num futuro próximo, e num Portugal livre, os laços já estabelecidos, entre os nossos dois povos, se estreitem ainda mais.

Pela Conferência da Frente Patriótica de Libertação Nacional, O Presidente da Junta Revolucionária Portuguesa, General Humberto Delgado.

## Manuel Rodrigues da Silva

Durante todo o mês de Fevereiro, dezenas de entidades sindicais de todo o mundo manifestaram em declarações dadas a público o seu regozijo pela libertação de Manuel Rodrigues da Silva, na sequência da grande campanha desencadeada em escala mundial para o tirar das garras da FIDE. Algumas centrais sindicais, como a da Persia, telegrafaram aquele patriota, felicitando-o e prestando homenagem ao seu heroísmo.

## ULTIMA HORA

# APOIO ÀS RESOLUÇÕES DA II CONFERÊNCIA DA FPLN

No dia 6 de março realizou-se, na sede do Centro Republicano Português, uma reunião magna de elementos da oposição democrática, convocados para uma troca de impressões sobre os resultados da II Conferência da Frente Patriótica de Libertação Nacional.

Após uma breve exposição do nosso companheiro Manuel Sertorio, que na qualidade de participante da Conferência comentou as principais resoluções tomadas, fornecendo esclarecimentos complementares aos contidos nos documentos dados a público, travou-se um animado debate que terminou com a apresentação e aprovação de uma mensagem de apoio às decisões tomadas pelo conclave. Esse documento, dirigido pelos antifascistas portugueses do Brasil ao Povo Português, à F.P.L.N. e à J.R.P. é do seguinte teor:

1 — Os signatários, ao tomarem conhecimento das resoluções e outros documentos emanados da 2ª Conferência da F.P.L.N., prestam aos mesmos o seu decidido apêlo, especialmente baseado na adesão aos seguintes pontos focados pela Conferência.

a) conclamação de todos os patriotas portugueses, sejam quais forem as suas ideologias de tipo partidário, para cerrarem fileiras sob a bandeira da F.P.L.N., numa íntima e leal unidade de ação, para que, através da sua atuação organizada e eficiente, venha a ser derrubado proximamente o fascismo salazarista;

b) necessidade de, para esse fim, não se descurar nenhum tipo de ação susceptível de contundir a

engrenagem fascista, de mobilizar politicamente as massas populares e de criar e fortalecer os necessários quadros revolucionários;

c) urgência de uma coordenação de ações entre a F.P.L.N. e as organizações nacionalistas das colônias portuguesas para o derrubamento do governo fascista e colonialista de Salazar;

d) vantagem de todas as forças políticas anti-fascistas que se encontram unidas na F.P.L.N. se manerem unidas igualmente, depois do derrubamento do fascismo salazarista, para a construção subsequente de uma sociedade democrática em Portugal.

2 — os signatários saudam, na Conferência da F.P.L.N., todos os militantes anti-fascistas da Frente de Libertação Nacional e prometem-lhes todo o auxílio que esteja nas suas mãos.

3 — Finalmente, os signatários afirmam soenemente o seu designio de, junto das autoridades e do povo brasileiros, defenderem e prosseguirem os mesmos objetivos políticos da F.P.L.N., na qual se sentem integrados, contribuindo, assim, para a próxima instauração, na nossa Pátria, de uma ordem democrática que permita a liberdade e o progresso da terra e da gente portuguesas.

São Paulo, 6 de março de 1964.

Assinam o documento:

Pelo PORTUGAL DEMOCRÁTICO: Antonio Bidarra Fonseca, Augusto Aragão, Miguel Urbano Ro-

drigues, Vitor Ramos; Pela União Democrática Portuguesa: Adolfo Casais Monteiro, Antonio Ricca Gonçalves, Joaquim Quiterio, Manuel Garcia, Maria Manuela Gouveia Antunes, Helder Costa, Mario Fernandes, Alexandre Leal Dias, Lenine de Jesus Alexandre, Abilio Rodrigues da Silva, Manuel Rodrigues da Silva, Manuel Rocha, Jacinto Rodrigues da Silva, José Mario Bodas; Pelo Centro Republicano Português: Armando Castro, Fernando Ramos, Manuel Moura, Alexandre Antunes Pereira, Silveiro da Costa Letra; Pela União das Mulheres Portuguesas: Maria Archer, Eulália Nunes da Silva, Irolinda Roque.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO  
R. Cons. Furtado, 191. C.P. 4469 — SP. Brasil  
Endereços de Assinantes